

Mulheres e Associativismo em Portugal, 1914-1974



ORGANIZADORAS

Anne Cova, Vanda Gorjão, Ana Isabel Freire,
Ana Costa Lopes, Natividade Monteiro

NOTA FINAL

Françoise Thébaud

ICS

Mulheres e Associativismo em Portugal (1914-1974)

Anne Cova
Vanda Gorjão
Ana Isabel Freire
Ana Costa Lopes
Natividade Monteiro
(organizadoras)

ICS

Imprensa
de Ciências
Sociais

Imprensa de Ciências Sociais



**Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa**

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa – Portugal
Telef. 21 780 4700 – Fax 21 794 0274

www.ics.ulisboa.pt/imprensa
E-mail: imprensa@ics.ul.pt

Instituto de Ciências Sociais – Catalogação na Publicação

Mulheres e associativismo em Portugal, 1914-1974 / org. Anne Cova,
Vanda Gorjão, Ana Isabel Freire, Ana Costa Lopes, Natividade Monteiro.

Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais,
2022. – 23 cm

CDU 305

978-972-671-712-6; PDF 978-972-671-714-0; EPUB 978-972-671-713-3

Associativismo feminino – Portugal

Mulheres

Associações femininas



© Instituto de Ciências Sociais, 2022

Capa: Rui Rasquinho

Projeto gráfico: Aresta Criativa – Artes Gráficas, Lda.

Revisão: Clara Cuellár dos Santos

Impressão e acabamento: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, Lda.

Depósito legal: 506142/22

1.ª edição: Dezembro de 2022

Financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto PTDC/HAR-HIS/29376/2017

Índice

Índice de gráficos e quadros	11
Siglas.	13
Notas sobre os/as autores/as.	15
Agradecimentos	21
Introdução	25
<i>Anne Cova, Vanda Gorjão, Ana Isabel Freire, Ana Costa Lopes e Natividade Monteiro</i>	

PARTE I

ASSOCIAÇÕES FUNDADAS ENTRE 1914-1919

Capítulo 1

Mulheres e associativismo: algumas agremiações federadas no Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)	47
<i>Anne Cova, João Esteves e Ana Isabel Freire</i>	

Capítulo 2

Análise exploratória de redes e perfis das dirigentes do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)	83
<i>Raquel Rego, Anne Cova, João Esteves e Ana Isabel Freire</i>	

Capítulo 3

O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas: uma organização feminista (1914-1947)	107
<i>Célia Costa</i>	

Capítulo 4

As associações de mulheres fundadas durante a Primeira Guerra Mundial. 127
Natividade Monteiro

Capítulo 5

A Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas desde 1919. 175
Ana Costa Lopes

PARTE II

ASSOCIAÇÕES DE OPOSIÇÃO AO ESTADO NOVO
CRIADAS ENTRE 1935 E 1973

Capítulo 6

A Associação Feminina Portuguesa para a Paz: da luta pela paz e da «dignificação da condição feminina» ao combate antifascista (1935-1952) 201
João Esteves

Capítulo 7

As organizações de mulheres nos movimentos de oposição ao Estado Novo (1945-1973) 231
Vanda Gorjão

PARTE III

ASSOCIAÇÕES NASCIDAS NA DÉCADA DE 1960
E EM ATIVIDADE NO 25 DE ABRIL 1974

Capítulo 8

O Movimento Nacional Feminino: milhares de mulheres na retaguarda da guerra colonial (1961-1974). 269
Sílvia Espírito-Santo

Capítulo 9

**A militância antifascista e a luta pelos direitos das mulheres
na história do *Movimento Democrático de Mulheres*:**

retalhos de histórias de vida (1968-1974) 295

Manuela Tavares

Nota final 317

Françoise Thébaud

Índice de gráficos e quadros

Gráficos

Gráfico 2.1 – Rede de dirigentes do CNMP (1914-1947)	92
Gráfico 2.2 – Rede de dirigentes do CNMP (1914-1928)	94
Gráfico 2.3 – Rede de dirigentes do CNMP (1929-1947)	95
Gráfico 2.4 – Configuração do espaço social e perfis de dirigentes do CNMP (1914-1947)	99

Quadros

Quadro 2.1 – As dirigentes mais centrais do CNMP (1914-1928)	96
Quadro 2.2 – As dirigentes mais centrais do CNMP (1929-1947)	97
Quadro 6.1 – Sócias da delegação de Lisboa da AFPP	211
Quadro 6.2 – Sócias da delegação de Coimbra/Figueira da Foz da AFPP	213
Quadro 6.3 – Sócias da delegação do Porto da AFPP	216
Quadro 6.4 – Sócios masculinos da delegação do Porto da AFPP	220
Quadro 6.5 – Ligações familiares entre sócias/os da delegação do Porto da AFPP	221
Quadro 6.6 – Ativistas da AFPP que estiveram presas por motivos políticos	226

Siglas

AAAIO	<i>Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odívelas</i>
AFPP	<i>Associação Feminina Portuguesa para a Paz</i>
AFFDU	<i>Association Française des Femmes Diplômées des Universités</i>
AMUP	<i>Associação das Mulheres Universitárias de Portugal</i>
APF	<i>Associação de Propaganda Feminista</i>
APVG	<i>Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra</i>
BM	<i>Bands of Mercy</i>
CAEPSF	<i>Caixa de Auxílio a Estudantes Pobres do Sexo Feminino</i>
CDE	<i>Comissão Democrática Eleitoral</i>
CDEU	<i>Comissão Eleitoral de Unidade Democrática</i>
CFPP	<i>Comissão Feminina «Pela Pátria»</i>
CFS	<i>Casa dos Filhos dos Soldados</i>
CGT	<i>Confederação Geral do Trabalho</i>
CIF	<i>Conseil International des Femmes</i>
CMP	<i>Cruzada das Mulheres Portuguesas</i>
CNMP	<i>Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas</i>
COMAP	<i>Comissão Organizadora do Movimento Abolicionista Português</i>
FDIM	<i>Federação Democrática Internacional das Mulheres</i>
FNAT	<i>Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho</i>
GFP	<i>Ginásio Feminino de Portugal</i>
GPPO	<i>Grémio dos Professores Primários Oficiais</i>
IAF	<i>International Abolitionist Federation</i>
ICW	<i>International Council of Women</i>
IFET	<i>Instituto Feminino de Educação e Trabalho</i>
IFUW	<i>International Federation of University Women</i>
IIDA	<i>Instituto Infante Dom Afonso</i>
IM	<i>Instituto Maternal</i>
IO	<i>Instituto de Odívelas</i>

Mulheres e associativismo em Portugal (1914-1974)

IPPE	<i>Instituto Profissional dos Pupilos do Exército</i>
IRMG	<i>Instituto de Reeducação dos Mutilados de Guerra</i>
ITE	<i>Instituto Torre e Espada</i>
IWSA	<i>International Woman Suffrage Alliance</i>
JPN	<i>Junta Patriótica do Norte</i>
LCGG	<i>Liga dos Combatentes da Grande Guerra</i>
LPA	<i>Liga Portuguesa Abolicionista</i>
LRMP	<i>Liga Republicana das Mulheres Portuguesas</i>
MDM	<i>Movimento Democrático de Mulheres</i>
MNF	<i>Movimento Nacional Feminino</i>
MPF	<i>Mocidade Portuguesa Feminina</i>
MPLA	<i>Movimento Popular de Libertação de Angola</i>
MUD	<i>Movimento de Unidade Democrática</i>
MUNAF	<i>Movimento de Unidade Nacional Antifascista</i>
NFAI	<i>Núcleo Feminino de Assistência Infantil</i>
OMEN	<i>Obra das Mães pela Educação Nacional</i>
OPVDCA	<i>Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil de Angola</i>
PCP	<i>Partido Comunista Português</i>
RPE	<i>Recreatórios Post-Escolares</i>
SCB	<i>Sociedade da Cruz Branca</i>
SDN	<i>Sociedade das Nações</i>
SVI	<i>Socorro Vermelho Internacional</i>
TCL	<i>Tuna das Costureiras de Lisboa</i>
UPA	<i>União dos Povos de Angola</i>

Nota: Os nomes das associações surgem em itálico por uma questão de destaque, tendo em conta que estão no cerne deste livro.

Notas sobre os/as autores/as

Ana Costa Lopes é doutorada em Língua e Cultura Portuguesa pela Universidade Católica Portuguesa (UCP) e mestre em Estudos Luso-Asiáticos. Investigadora do Centro de Estudos de Educação e Cultura (CEEC) e do Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (CEPCEP) da UCP. Colaboradora do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Conselheira científica (Portugal) da publicação *As Senhoras do Almanaque*. Autora de livros e artigos e de comunicações em congressos sobre a imprensa periódica feminina e a história das mulheres, a literatura tradicional e as associações femininas. Dentro das suas publicações: *Confluências e Divergências Culturais nas Tradições Contísticas Portuguesa e Chinesa* (CEPCEP, 2000); *Imagens da Mulher na Imprensa Feminina de Oitocentos: Percursos de Modernidade* (Quimera, 2005); *Elisa Curado (1858-1933): uma Mulher de Causas* (Universidade Católica Portuguesa, a sair); com Marília Lopes, org., número de homenagem a Maria Laura Bettencourt Pires, *Gaudium Sciendi*, a sair em Dezembro de 2022.

Ana Isabel Freire é doutorada em sociologia pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa). Tem trabalhado sobre a história da sexualidade e a história das mulheres no século xx. Entre abril de 2019 e março de 2022 foi investigadora auxiliar do ICS-ULisboa, integrando o projeto «Mulheres e associativismo em Portugal, 1914-1974», PTDC/HAR-HIS/29376/2017, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Pertence à equipa de investigação *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher* do

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova (CICS.NOVA) e ao conselho editorial da Imprensa de Ciências Sociais (desde 2021). Publicou *Amor e Sexo no Tempo de Salazar* (Esfera dos Livros, 2010) e *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos* (Imprensa de Ciências Sociais, 2020).

Anne Cova é historiadora e investigadora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa). Foi investigadora responsável do projeto «Mulheres e associativismo em Portugal, 1914-1974», PTDC/HAR-HIS/29376/2017, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Dentro das suas publicações: *Org. Comparative Women's History: New Approaches* (Columbia University Press, 2006) com traduções atualizadas em português (Livros Horizonte, 2008); francês (École Normale Supérieure, 2009, com prefácio de Françoise Thébaud) e espanhol (Trabe, 2012). A sua área de investigação incide sobre a história comparada e transnacional das mulheres e do género no século xx, encontrando-se a realizar um estudo de várias associações de mulheres intituladas «conselhos nacionais das mulheres» na Europa do Sul e na América Latina, 1900-1945.

Célia Costa é licenciada em história pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e mestre em Estudos sobre as Mulheres pela Universidade Aberta, tendo defendido, em 2007, a dissertação intitulada «O conselho nacional das mulheres portuguesas (1914-1947) – Uma organização feminista», sob a orientação de Anne Cova. Formadora nas áreas de história, história de Portugal, estudos sobre as mulheres e estudos de género, pelo Conselho Científico-Pedagógico da Universidade do Minho. Foi investigadora no projeto «Mulheres e associativismo em Portugal, 1914-1974», PTDC/HAR-HIS/29376/2017, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Dentro das suas publicações: «O Conselho Nacional das Mulheres portuguesas (1914-1947) – Uma Organização Feminista», em AAVV, *Quem Tem Medo dos Feminismos?* (Nova Delphi, 2010) e *História do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)* (Tinta-da-china, 2021).

Françoise Thébaud é professora emérita da Université de Avignon, membro do conselho de redação e antiga co-directora da revista *Clio. Femmes, Genre, Histoire*. Especialista em história das mulheres e do

género, tem trabalhos sobre os seguintes temas: guerras e sociedades, feminismos, maternidade, cidadania social e política, organizações internacionais, historiografia. Entre as suas publicações recentes contam-se: *Les femmes au temps de la guerre de 14* (Payot, 2013); *Une traversée du siècle. Marguerite Thibert, femme engagée et fonctionnaire internationale* (Belin, 2017); *L'Europe, une chance pour les femmes ? Le genre de la construction européenne* (Éditions de la Sorbonne, 2019, co-diretora); *Femmes et République* (La Documentation française, 2021, co-autora); *La condition des femmes de 1789 à nos jours* (CNRS éditions, 2022, co-autora). Foi membro da comissão de investigação sobre os arquivos franceses relativos ao Ruanda e ao genocídio dos tutsis, cujo relatório foi enviado ao presidente da República em março de 2021.

João Esteves é licenciado em história pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1983) e mestre em história dos séculos XIX e XX pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL). Investiga o associativismo político, republicano, maçónico, feminista e antifascista das mulheres portuguesas na primeira metade do século XX. Autor de livros (1992, 1998, 2008, 2013), capítulos de livros, artigos, biografias, entradas de dicionários (2003, 2005, 2013, 2014, 2021), comunicações e conferências. Co-dirigiu o *Dicionário no Feminino (Séculos XIX-XX)* (Livros Horizonte, 2005) e *Feminae – Dicionário Contemporâneo* (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2013). Comissário científico de exposições, mantém colaboração em projetos nacionais e internacionais. Integra o conselho consultivo do Museu do Aljube – Resistência e Liberdade.

Manuela Tavares é doutorada pela Universidade Aberta, em 2009, com Louvor e Distinção, na área de estudos sobre as mulheres, com o tema feminismos na segunda metade do século XX em Portugal publicado sob o título: *Feminismos, Percursos e Desafios (1947-2007)* (Texto, 2011). Investigadora integrada no Centro Interdisciplinar de Estudos de Género do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (CIEG-ISCSP-ULisboa). Foi membro da equipa de investigação do projeto «Mulheres e associativismo em Portugal, 1914-1974», PTDC/HAR-HIS/29376/2017, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Membro do conselho

consultivo da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e da direção da União de Mulheres Alternativa e Resposta. Tem publicado diversos livros e artigos da especialidade.

Natividade Monteiro, licenciada em história e mestre em estudos sobre as mulheres com a dissertação «Maria Veleda (1871-1955): uma professora feminista, republicana e livre-pensadora: caminhos trilhados pelo direito de cidadania», publicada sob o mesmo título (Gente Singular, 2012). Investigadora integrada em História, Territórios e Comunidades da Universidade Nova, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (HTC-NOVA FCSH). Defendeu, em Novembro de 2022, a tese de doutoramento sobre «A mobilização das mulheres portuguesas durante a Grande Guerra (1914-1918)». Tem publicado livros e artigos sobre a história das mulheres, os estudos feministas e de género, com destaque para as associações femininas e feministas na Primeira República. Co-coordenou os livros *Mulheres na I República: Percursos, Conquistas e Derrotas* (Colibri, 2011) e *Falar de Mulheres: Percursos e Desafios Latino-Americanos* (Húmus, 2020).

Raquel Rego é socióloga e investigadora auxiliar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) desde 2015. Doutorou-se, em 2007, pela Université Lille 1 e, simultaneamente, pelo Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Usando quer metodologias qualitativas quer quantitativas, tem-se dedicado a estudar sobretudo associações: de trabalhadores, de profissionais, de mulheres, científicas, culturais, entre outras. É autora do capítulo «The role of civil society organisations in emancipating Portuguese Roma women», que integra o livro organizado por Christina Schwabenland, Chris Lange, Jenny Onyx e Sachiko Nakagawa intitulado *Women's Emancipation and Civil Society Organisations: Challenging or Maintaining the status quo?*, publicado em 2016 pela Policy Press, e primeira autora do artigo «The transformative role of Angels' cultural organisations under austerity», publicado em 2021 na *Cultural Trends*.

Sílvia Espírito-Santo é doutoranda em história contemporânea na Universidade do Minho, mestre em estudos sobre as mulheres na Universidade Aberta e licenciada em história na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Investigadora integrada do Laboratório

de Paisagens, Património e Território (Lab2PT) na Universidade do Minho. Integrou a equipa do projeto «Mulheres e associativismo em Portugal, 1914-1974», PTDC/HAR-HIS/29376/2017, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Publicou livros, capítulos de livros, artigos em revistas nas áreas da história contemporânea e da história das mulheres no período do Estado Novo e participou em projectos internacionais no âmbito do estudo do *Movimento Nacional Feminino* (1961-1974).

Vanda Gorjão, socióloga, é desde 2006 professora no Departamento de Artes Visuais e Design (DAVD), Escola de Artes da Universidade de Évora. Integra o Centro de História da Arte e Investigação Artística (CHAIA) da Universidade de Évora. Concluiu o mestrado sobre a oposição feminina ao Estado Novo no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa). Terminou o doutoramento sobre as primeiras deputadas na Assembleia da República (1975-1987). Pertence ao Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova (CICS.NOVA). Foi investigadora no Observatório das Atividades Culturais – ICS-ULisboa/Ministério da Cultura e investigadora co-responsável do projeto «Mulheres e associativismo em Portugal, 1914-1974», PTDC/HAR-HIS/29376/2017, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

Anne Cova, João Esteves e Ana Isabel Freire

Capítulo 1

Mulheres e associativismo: algumas agremiações federadas no *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)*

Introdução

O *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* (CNMP), organização feminista portuguesa com 33 anos de ativismo, constituiu, aquando da sua criação em 1914 em Lisboa, uma federação de agremiações maioritariamente femininas.¹ Ao longo dos anos até ao seu encerramento,

¹ Sobre o CNMP: Vanda Gorjão, *A Reivindicação do Voto no Programa do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)* (Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1994); Anne Cova, «Mulheres e associativismo: o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e o Conselho Nacional de Mulheres do Brasil (1914-1945)», em *Desafios da Comparação: Família, Mulheres e Género em Portugal e no Brasil*, dir. Anne Cova, Natália Ramos e Teresa Joaquim (Oeiras, Celta, 2004), 89-96; João Esteves, «Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas», em *Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)*, dir. Zília Osório de Castro e João Esteves (Lisboa: Livros Horizonte, 2005), 243-244; João Esteves, «Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)», *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, n.º 15 (2006): 113-135; Célia Costa, «O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947): uma organização feminista» (dissertação de mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Lisboa, Universidade Aberta, 2007) publicada em livro: *História do Conselho Nacional*

em 1947, conseguiu reagrupar as seguintes associações: *Associação das Amigas das Flores*; *Associação das Antigas Alunas do Instituto Feminino de Educação e Trabalho*; *Associação das Mulheres Universitárias de Portugal*; *Associação de Assistência Infantil da Paróquia Civil Camões*; *Associação dos Professores de Ensino Livre*; *Associação dos Professores do Instituto de Odívelas*; *Caixa de Auxílio a Estudantes Pobres do Sexo Feminino*; *Club Solidariedade Feminina*; *Ginásio Feminino de Portugal*; *Grémio dos Professores Primários Oficiais*; *Grupo Balbina Brazão*; *Grupo Feminista Português*; *Ligas de Bondade*; *Liga Portuguesa Abolicionista*; *Liga Portuguesa da Moralidade Pública*; *Liga Portuguesa dos Educadores*; *Liga Republicana*

das Mulheres Portuguesas (1914-1947) (Lisboa: Tinta-da-china, 2021); Anne Cova, «Mulheres e associativismo em França, Itália e Portugal (1888-1939)», em *Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS*, dir. Manuel Villaverde Cabral, Karin Wall, Sofia Aboim, e Filipe Carreira da Silva (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008), 583-602; Anne Cova, «O associativismo das mulheres. Uma abordagem comparativa, França e Portugal (1900-1918)», em *Desenvolvimento Económico e Mudança Social: Portugal nos Últimos Dois Séculos: Homenagem a Miriam Halpern Pereira*, dir. José Vicente Serrão, Magda de Avelar Pinheiro, e Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009), 333-348; Anne Cova, «O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947): o caso português numa perspectiva comparada», em AAVV, *Quem Tem Medo dos Feminismos?* (Funchal: Nova Delphi, 2010), 2 vols. Vol. 1, 85-91; Anne Cova, «O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e as organizações internacionais de mulheres», em *Olhares sobre as Mulheres: Homenagem a Zília Osório de Castro*, dir. Irene Tomé, Maria Emília Stone, e Maria Teresa Santos (Lisboa: Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa, 2011), 27-40; Rosa de Lurdes Matias Pires Correia, «O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas: a principal associação de mulheres da primeira metade do século xx (1914-1947)» (dissertação de mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Lisboa, Universidade Nova, 2013); Ver as contribuições de Natividade Monteiro, Anne Cova e João Esteves no livro *Falar de Mulheres: Dez Anos Depois*, dir. Isabel Henriques de Jesus, Paula Gomes Ribeiro, Rita Mira, e Zília Osório de Castro (Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2016); Natividade Monteiro, «Nos cem anos da criação do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas», 49-52, Anne Cova, «O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas numa perspetiva transnacional (Europa do Sul e América Latina nas primeiras quatro décadas do século xx)», 53-65, João Esteves, «Os 33 anos do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. Do republicanismo e feminismo ao antifascismo», 67-83; Anne Cova, «Legal position of women in Portugal: the case of the standing Committee on Legislation of the National Council of Portuguese Women (CNMP), 1914-1947», em *New Perspectives on European Women's Legal History*, dir. Sara L. Kimble, e Marion Rowekamp (Londres: Routledge, 2017), 376-393; Anne Cova, «O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas numa abordagem transnacional (1914-1947)», *Jornal Mundus*, Edição Especial «O desabrochar da igualdade: lutas e conquistas das mulheres portuguesas» (2018): 21-24.

das Mulheres Portuguesas (sendo apenas federado o Núcleo do Porto); *Recreatórios Post-Escolares*; *Sociedade Amigável Mariana Gasul*; *Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro*; *Tuna das Costureiras de Lisboa*; e *União Amigável Maria Scintia*.

Fundado pela médica obstetra e ginecologista Adelaide Cabete (1867-1935), o CNMP apoiou e incentivou ao longo de vários regimes (república, ditadura militar e Estado Novo) a criação de associações de vários teores (auxílio mútuo, beneficência, cooperativismo, feminismo, pacifismo, profissionais, recreativas, entre outras).² A estratégia federativa do CNMP seguia a do *International Council of Women* (ICW) que tinha por objetivo «to stimulate the sentiment of internationalism among women throughout the world», revelando consciência da importância da cooperação das mulheres para a sua emancipação e valorizando a confluência de forças em detrimento das diferenças ideológicas, como enunciado no artigo 3 dos seus estatutos: «The ICW is not based on a social, religious or political perspective».³ Fundado em 1888, em Washington DC, nos EUA, o ICW totalizava, em 1939, trinta e seis conselhos afiliados.⁴ A relação entre o CNMP e o ICW era estreita: «Um grande compromisso moral e fortes laços de solidariedade nos ligam ao Conselho Internacional [das Mulheres]. Queremos, porém, supôr que, com o auxilio de todas as nossas compatriotas, havemos, também de cooperar, eficazmente n'essa obra, que a toda a humanidade interessa».⁵ À semelhança do ICW,

² Sobre Adelaide Cabete: Joaquim Mário Cortes Eduardo, «Adelaide Cabete (1867-1935): Biografia de uma professora feminista» (dissertação de mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Lisboa, Universidade Aberta, 2004); João Esteves, «Adelaide de Jesus Damas Brazão e Cabete», em *Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)*, dir. Zília Osório de Castro e João Esteves (Lisboa: Livros Horizonte, 2005), 20-26; Isabel Lousada, *Adelaide Cabete (1867-1935)* (Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2010); Anne Cova, «Cabete, Adelaide (1867-1935)» em *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. I (Lisboa: Assembleia da República, 2013), 464-465.

³ Anne Cova, «The national councils of women in France, Italy and Portugal. Comparisons and entanglements 1888–1939», em *Gender History in a Transnational Perspective: Biographies, Networks, Gender Orders*, dir. Oliver Janz, e Daniel Schönplflug (Oxford: Berghahn Books, 2014), 47 e 58.

⁴ Leila J. Rupp, *Worlds of Women: The Making of an International Women's Movement* (Princeton: Princeton University Press, 1997).

⁵ «Porque e para que se fundou o 'Conselho Nacional das Mulheres Portuguezas'», *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, 1, novembro de 1914: 2.

o CNMP valoriza a confluência de energias e a multiplicação de forças através do espírito de associativismo, «um valor de muito mais alto merecimento do que a vontade do indivíduo isoladamente».⁶

Os critérios para a criação de uma «vasta» federação das agremiações e os termos da sua relação com o CNMP estão definidos nos Estatutos do Conselho, aprovados em 1914: podiam afiliar-se associações femininas ou outras sociedades, desde que constituídas por um mínimo de 10 mulheres, sediadas em qualquer parte do país.⁷ As agremiadas, organizações «dignas de registo» e «conscientes» da importância da intervenção feminina para a transformação social, ocupar-se-iam das mulheres e das crianças.⁸ Integrando a rede federativa, o Conselho assegura-lhes autonomia e liberdade, comprometendo-se a prestar apoio moral e a promover o bom entendimento em relações institucionais.

Em artigos publicados no órgão de propaganda do CNMP – intitulado *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* (entre 1914 e 1916), *Alma Feminina* (entre 1917 e 1946) e *A Mulher* (em 1946 e 1947) – são recorrentes os diagnósticos lamentando a falta de cooperação das portuguesas na luta pela sua emancipação. Apesar das expressões de desânimo, a estratégia do CNMP de incentivar, acolher e apoiar iniciativas que tivessem no centro as problemáticas vividas pelas mulheres teve resultados: o Conselho agrupou mais de vinte associações e totalizou, aproximadamente, 2000 ativistas. Na impossibilidade de analisar em pormenor todas as agremiações do CNMP, após uma apresentação geral do associativismo das mulheres no seio do Conselho, destacamos seis organizações que ilustram a pluralidade, singularidade, vanguardismo, consenso ou controvérsia das propostas apoiadas nas quatro primeiras décadas do século xx: *Tuna das Costureiras de Lisboa*; *Grémio dos Professores Primários Oficiais*; *Recreatórios Post-Escolares*; *Caixa de Auxílio a Estudantes Pobres do Sexo Feminino*; *Associação das Mulheres Universitárias de Portugal*; e *Ginásio Feminino de Portugal*.

⁶ «Porque e para que se fundou...», 2.

⁷ «Estatutos do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas», *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas – Folha Suplementar*, 1, novembro, 1914: 1.

⁸ «Porque e para que se fundou...», 2.

Panorama federativo do CNMP

Ao longo da existência do CNMP, várias dirigentes lastimam a fraca mobilização e cooperação das portuguesas em torno da defesa dos seus direitos. No primeiro número do *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* publicado em novembro de 1914, a consciência e disposição das mulheres para o associativismo é definida como «muito vaga» e pouco expressiva.⁹ A professora e publicista Maria Clara Correia Alves (1869-1948), editora e diretora entre 1914 e 1919 do *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas* e da *Alma Feminina*, argumenta que o isolamento a que as mulheres eram condenadas constituía um embaraço ao progresso e que, por isso, as mais cultivadas tinham o «dever indeclinável» de dar o exemplo, conservando-se unidas e animadas por um espírito de melhoramento.¹⁰ Outra figura de destaque do CNMP, Elina Guimarães (1904-1991) – vice-presidente do Conselho em 1928-1929 – mostra-se surpreendida com o que considera a falta de espírito associativo em geral, em Portugal, e, em especial, entre as mulheres: «a palavra associação infunde-lhes um terror, como se envolvesse perigos ignotos e misteriosos».¹¹ Para a recém-licenciada em direito, a difusão do espírito associativo era na década de 1920 um dos objetivos pelo qual as mulheres conscientes mais deveriam pugnar. Também a escritora feminista Sara Beirão (1884-1974) lamenta, em 1933, altura em que assume funções de vice-presidente do CNMP, as dificuldades em motivar as portuguesas para o feminismo e a escassez de agremiações empenhadas na sua emancipação.¹² E Maria Lamas (1893-1983), presidente do CNMP eleita em 1945, reafirma o diagnóstico no ano de encerramento da organização por deliberação do Governo Civil de Lisboa (1947): «o espírito associativo [das mulheres em Portugal] está

⁹ «Porque e para que se fundou...», 1.

¹⁰ Maria Clara Correia Alves, «'Alma feminina'», *Alma Feminina*, 1, janeiro de 1917: 1.

¹¹ Elina Guimarães, «O espírito associativo», *Alma Feminina*, 5, setembro/outubro de 1928: 5. Sobre Elina Guimarães: Anne Cova, «Guimarães, Elina», em *Dicionário as Mulheres e a Unidade Europeia*, dir. Isabel Baltazar, Alice Cunha, e Isabel Lousada (Lisboa: Assembleia da República, 2021), 125-129.

¹² Sara Beirão, «Agremiações femininas», *Alma Feminina*, 5-6, maio/junho de 1933: 65.

por criar» e as que desenvolveram estes interesses são olhadas com «desdém».¹³

As associações federadas no CNMP eram de cariz benemérito, filantrópico, profissional e recreativo, intervindo, maioritariamente, em áreas como a assistência, a educação e o trabalho. As agremiadas prestaram apoio social, financeiro, médico e moral à maternidade e à infância desfavorecida; criaram propostas de instrução primária, formação profissional, ensino *ménager* (doméstico) para crianças e jovens, mas também para mulheres adultas; organizaram estruturas de educação moral e preconizaram o associativismo de classe em contexto educativo (entre docentes do ensino primário oficial e livre, entre pais de alunas de liceus de Lisboa, entre jovens estudantes, nomeadamente do ensino superior); promoveram campanhas em torno de questões como o alcoolismo, o tabagismo, a prostituição, a imoralidade, o fim das touradas, para citar apenas algumas; e incentivaram o acesso à cultura, ao desporto e ao lazer. Os direitos políticos foram também preocupações constantes ao longo da história do CNMP.¹⁴ A situação do sufrágio feminino (em Portugal e no mundo) é abordada em artigos no órgão de propaganda, é discutida no I Congresso Feminista e de Educação (pela tese «Reivindicações políticas da mulher portuguesa», de Aurora de Castro Gouveia), e ao longo de 13 anos de funcionamento da Comissão de Sufrágio, criada em 1922.

Nos dois primeiros anos do Conselho contabiliza-se o número mais elevado de adesões: 16 agremiações. Na década de 1920, período em que o CNMP organiza dois congressos feministas e da educação (1924 e 1928), afiliam-se três, inspiradas em princípios e finalidades de organizações internacionais. Na década de 1930, não há novos nomes a integrar a lista de agremiações federadas. A ausência é consonante com a política do Estado Novo, que proíbe a livre associação e remete o papel social das mulheres para a esfera familiar e doméstica, desencorajando e desmobilizando a sua intervenção aos mais diversos níveis no espaço público. Finalmente, na década de 1940, embora num contexto politicamente adverso, três novas associações

¹³ Livro de Actas de Reuniões de Sócias do CNMP, 13-03-1947, Arquivo do *Movimento Democrático de Mulheres* (MDM), Espólio Maria Lamas. Sobre Maria Lamas: Maria Antónia Fiadeiro, *Maria Lamas. Biografia* (Lisboa: Quetzal, 2003).

¹⁴ Gorjão, *A Reivindicação do Voto...*; Costa, «O Conselho Nacional...», 255 e *História do Conselho Nacional...*

afiliam-se ao CNMP, maioritariamente devido ao dinamismo de Maria Lamas.

Na altura da fundação do CNMP, em 1914, federam-se diversas agremiações, algumas com um percurso associativo já de vários anos: *Associação de Assistência Infantil da Paróquia Civil Camões* (1910); *Associação dos Professores de Ensino Livre* (1902); *Caixa de Auxílio a Estudantes Pobres do Sexo Feminino e Recreatórios Post-Escolares* (1912); *Liga Portuguesa dos Educadores* (1913); *Tuna das Costureiras de Lisboa* (1909); e outras cujas datas de fundação se desconhecem, como a *Associação dos Professores do Instituto de Odivelas*; o *Grupo Balbina Brazão*; o *Grupo Feminista Português*; a *Sociedade Amigável Mariana Gasul* e a *União Amigável Maria Scintia*.¹⁵

Um ano mais tarde, em 1915, em plena primeira guerra mundial, conflito em que Portugal entra em março de 1916, afiliam-se no CNMP o núcleo do Porto da *Liga Republicana das Mulheres Portuguesas*; o *Grémio dos Professores Primários Oficiais* e a *Liga Portuguesa da Moralidade Pública* (1913). Depois, a *Associação das Antigas Alunas do Instituto Feminino de Educação e Trabalho* (1919) e a *Associação das Amigas das Flores*, cuja data de fundação desconhecemos.¹⁶

Na década de 1920, juntam-se ao Conselho mais três organizações com ligações a entidades ou movimentos internacionais: as *Ligas de Bondade* (cuja primeira tentativa de implementação acontece em 1917) federam-se em 1923; a *Liga Portuguesa Abolicionista* em 1926, data também da sua fundação; e a *Associação das Mulheres Universitárias de Portugal* em 1928, ano em que se inicia o seu processo de formação.

Em meados dos anos 1940, sob a direção de Isabel Cohen Von Bonhorst, afilia-se o *Club Solidariedade Feminina* (1945), e durante a presidência ativa de Maria Lamas, as novas agremiações a integrar o CNMP são: o *Ginásio Feminino de Portugal* (criado em 1937);

¹⁵ Sobre o *Instituto de Odivelas*: Ana Maria de Oliveira Vilela, «O Instituto de Odivelas sob a égide do Estado Novo: continuidades ou mudanças na educação, 1926-1969» (dissertação de mestrado em História Social Contemporânea, Lisboa, Iscte, 1999). Ver também o capítulo 5 neste livro.

¹⁶ Sobre a *Liga Republicana das Mulheres Portuguesas*: João Gomes Esteves, *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas – Uma organização política e feminista (1909-1919)* (Lisboa: ONG do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1991).

e a *Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro*, sediada na Marinha Grande e surgida em 1939.

Algumas associações federadas terão existido sem reconhecimento oficial, outras aprovaram estatutos, receberam alvarás das entidades oficiais, nomeadamente do Governo Civil, e desenvolveram obra ao longo de vários anos ou décadas. Em certos casos, foram impulsionadas e/ou fundadas por dirigentes do Conselho, seguindo tendências de movimentos feministas internacionais e estabelecendo relações com outras organizações: a *International Abolitionist Federation* (IAF) nascida em Liverpool, em 1875, sob o impulso de Josephine Butler (1828-1906), que lutava contra a regulamentação da prostituição; as *Bands of Mercy* (BM) implementadas nos EUA nos anos 1880 por George Thorndike Angell (1823-1909), para ensinar crianças ao exercício da bondade e à proteção para com todas as criaturas vivas; a *International Federation of University Women* (IFUW), fundada em Londres, em 1919, para promover e apoiar a frequência académica feminina, bem como incentivar a abertura de cursos universitários para as mulheres.

Entre as agremiadas do CNMP, registam-se casos em que as mulheres estiveram ausentes dos corpos sociais (*Associação de Assistência Infantil da Paróquia Civil Camões*) ou em que tiveram pouca visibilidade na sua criação e gestão (*Liga Portuguesa de Educadores* e a *Liga Portuguesa da Moralidade Pública*), mas outras iniciativas assumem-se exclusivamente femininas do ponto de vista da vocação e da organização (o *Ginásio Feminino de Portugal*, ou a *Tuna das Costureiras de Lisboa*, por exemplo). Há também agremiações cujos projetos iniciais de assistência são indiferenciados, mas que evoluem no sentido do apoio exclusivo do sexo feminino (*Recreatórios Post-Escolares*).

As mulheres envolvidas nas agremiações desenvolveram competências a vários níveis: estabeleceram parcerias institucionais e apostaram em relações interpessoais influentes; fizeram aprendizagens ao nível do planeamento, gestão e sustentabilidade financeira; treinaram a organização de eventos e a intervenção pública; e investiram na informação e divulgação junto da imprensa e do público em geral. Certas associações federadas no CNMP criaram comissões e órgãos de propaganda: as *Ligas de Bondade* contaram com publicitação regular na *Revista Infantil*; o *Grémio dos Professores Primários Oficiais* publicou o *Boletim Pedagógico*; a *Liga Portuguesa da Moralidade Pública* editou o

Mundo Moral. Outras, disseminaram opúsculos e folhetos; enviaram comunicados; e publicaram artigos em jornais e revistas. Algumas agremiadas conseguiram que a agenda associativa, iniciativas, representações, petições e apelos às/aos associadas/os fossem divulgados regularmente pela imprensa generalista.¹⁷ O assunto é abordado na correspondência entre feministas. Em 1927, Emília de Sousa Costa (1877-1959), fundadora da *Caixa de Auxílio a Estudantes Pobres do Sexo Feminino* (CAEPSF), satisfaz a curiosidade de Ana de Castro Osório (1872-1935),¹⁸ uma das criadoras, em 1911, da *Associação de Propaganda Feminista* (APF), sobre uma suposta facilidade em conseguir «aparecer» na imprensa.¹⁹ Ao contrário do que Ana de Castro Osório supõe, Emília de Sousa Costa explica que luta com dificuldades para dar visibilidade à sua obra nos jornais: «Onde alguma coisa posso, por amizade com Helena Aragão, é na [revista] ‘Eva’». ²⁰ As menções em publicações periódicas permitiam às agremiadas credibilizar o seu trabalho; angariar sócios/as; divulgar campanhas e dinamizar iniciativas, muitas das quais destinadas a resolver problemas de tesouraria. Apesar de Emília de Sousa Costa considerar na carta que escreve a Ana de Castro Osório que o seu poder para comunicar através da imprensa

¹⁷ Arnaldo Brazão (1890-1968), sobrinho de Adelaide Cabete, fundador da *Liga Portuguesa Abolicionista* desenvolve, entre 1924 e 1926, uma campanha doutrinária estratégica: publica dezenas de artigos no jornal *A Batalha*, traçando um panorama do abolicionismo em Portugal, na Europa e no mundo. Esta iniciativa antecipa e prepara a formação da Liga, organização que será, ao longo de mais de três décadas, visada regularmente em artigos de jornais.

¹⁸ Sobre Ana de Castro Osório: Dulce Maria Baptista Mocho «Ana de Castro Osório e as origens do feminismo em Portugal» (dissertação de mestrado em História Social Contemporânea, Lisboa: Iscte-IUL, 2003); Anne Cova, «Ana de Castro Osório», em *Feminist Writings from Ancient Times to the Modern World: A Global Sourcebook and History*, dir. Tiffany K. Wayne (Santa Barbara: Greenwood, 2011), 2 vols., vol. 2, 372-374; João Esteves, *Ana de Castro Osório (1872-1935)* (Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2014).

¹⁹ Carta de Emília de Sousa Costa para Ana de Castro Osório, 17.12.1927. Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional de Portugal (ACPC-BNP), Coleção Castro Osório, Espólio N12 (ACPC-BNP), caixa 6 351. Sobre a APF: João Esteves, *As Origens do Sufragismo Português: A Primeira Organização Sufragista Portuguesa: A Associação de Propaganda Feminista (1911-1918)* (Lisboa: Editorial Bizâncio, 1998).

²⁰ Carta de Emília de Sousa Costa para Ana de Castro Osório, 17.12.1927. Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional de Portugal (ACPC-BNP), Coleção Castro Osório, Espólio N12 (ACPC-BNP), caixa 6351.

é limitado, a CAEPSF que funda e dirige tem, a par de outras agremiadas, uma grande exposição mediática. Nos comunicados à imprensa, as suas dirigentes divulgam iniciativas e aproveitam para contabilizar em números o sucesso do auxílio às estudantes pobres. Pelos corpos gerentes da CAEPSF passaram a diretora da revista *Eva*, Helena de Aragão (1880-1961); Maria Amália Teles da Mota de Brito Aranha, casada com o jornalista Pedro Wenceslau de Brito Aranha (1833-1914); e Teresa Leitão de Barros (1898-1983), irmã do jornalista e documentarista Leitão de Barros (1896-1967), que filma as alunas da CAEPSF para o documentário *Lisboa, Crónica Anedótica* (1930). Efetivamente, ter jornalistas e escritoras na direção das agremiações ou entre as relações interpessoais é importante para se conseguir o apoio da imprensa e do público.

À exceção da *Liga Portuguesa Abolicionista*, um projeto centrado na figura de Arnaldo Brazão, as agremiações federadas, suas iniciativas e associadas têm escassa visibilidade nos três títulos do órgão de propaganda do CNMP. Há referências a certas agremiações, mas pontuais. A festa do 5.º aniversário dos *Recreatórios Post-Ecolares* (RPE) é um desses exemplos: num artigo publicado em 1917, as sócias do CNMP são aconselhadas a visitar e a conhecer a obra da associação, que precisaria de ser reconhecida e protegida «por todos a quem o progresso duma sociedade não é indiferente». ²¹ Noutros casos, embora o Conselho não dê visibilidade à agremiação federada, dá-a aos seus dirigentes: Virgílio Santos, membro da direção do *Grémio dos Professores Primários Oficiais* (GPPO), profere, em 1921, a 6.ª conferência organizada pelo CNMP, e tendo a *Alma Feminina* destacado as suas posições: que «A mulher deve ser companheira do homem, em toda a acepção da palavra». ²²

O apoio de personalidades ligadas à política, estratégia amplamente utilizada pelo CNMP e pelos outros conselhos nacionais de mulheres, seguindo o exemplo do ICW, é também adotada por algumas agremiadas. Os RPE tiveram Lucrecia de Arriaga (1844-1927), casada com o presidente da República Manuel de Arriaga, no lançamento do 1.º Recreatório e o chefe de estado Bernardino Machado

²¹ «Recreatorios Post-Ecolares», *Alma Feminina*, n.º 6, junho de 1917: 70.

²² «Conferências feministas (continuação)», *Alma Feminina*, n.º 11-12, novembro/dezembro de 1921 [1920]: 61.

participou na festa do 5.º aniversário.²³ Além disso, figuras da administração central e local associam-se às suas iniciativas.

As redes interpessoais são fundamentais na compreensão das relações entre as agremiações e o CNMP. Sócias e dirigentes do Conselho intervieram na fundação e gestão de diversas agremiações: os casos de multimilitância tiveram frequentemente a área de atuação profissional por base, nomeadamente o ensino – a professora Adelaide Ferreira de Carvalho esteve envolvida na direção da CAEPSF, do GPPO e dos RPE; a professora Percina Augusta de Vasconcelos foi delegada no CNMP da *Liga Portuguesa dos Educadores* (1914 e 1915) e da *Associação de Assistência Infantil da Paróquia Civil Camões*, tendo feito também parte da direção dos RPE –, frequentemente entrecruzada com a dimensão assistencial à infância e filantrópica de cariz moral. Arnaldo Brazão, Angélica Porto e Dinah dos Santos coincidiram na direção das *Ligas de Bondade* e da *Liga Portuguesa Abolicionista*, duas organizações que assumem vocação de influência moral.

A sustentabilidade financeira, preocupação transversal a todas as agremiações, constituiu um exercício de aprendizagem para as ativistas das agremiações federadas no CNMP. Para algumas, a quotização de sócios/as, donativos e doações particulares, por vezes das próprias fundadoras ou dirigentes, à semelhança de outros conselhos nacionais de mulheres e do ICW, foram a única fonte de financiamento. Outras, desenvolveram regularmente campanhas para recolha de fundos nas ruas (*Festa da Flor*, por exemplo), eventos culturais e artísticos (chás dançantes, concertos, exposições de trabalhos manuais, festas e récitas) que tiveram lugar nas próprias sedes ou em salas comerciais e de espetáculos. Foram identificados apoios financeiros estatais a agremiações dedicadas à assistência à infância (por exemplo, a *Associação de Assistência Infantil da Paróquia Civil Camões*), cujas iniciativas implicavam despesas fixas como rendas, salários, subsídios ou bolsas para estudantes ou refeições diárias em cantinas escolares.

Entre as agremiações federadas no CNMP, há variações na forma como é perspetivada a emancipação das mulheres e como são

²³ «Assistência infantil – Recreatórios Post-Escolares», *A Capital*, n.º 996, 9 de maio 1913: 1; «Recreatórios Post-Escolares», *A Capital*, n.º 2419, 10 de maio 1917: 3.

pensados os feminismos, há diversidade no impacto político, social, cultural das intervenções propostas e interligações com outros movimentos, em concreto o operário e sindicalista.

***Tuna das Costureiras de Lisboa:* ligações entre operárias e feministas**

As tunas mistas e exclusivamente femininas escassearam na primeira metade do século xx em Portugal.²⁴ Rui Filipe Duarte Marques identificou quatro, duas das quais associadas aos movimentos feministas da primeira vaga: a *Tuna da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas*,²⁵ criada em 1909, e a *Tuna das Costureiras de Lisboa* (TCL), fundada no mesmo ano. As duas outras tunas femininas são a *Grande Tuna Feminina*, nascida em 1907, e a *Tuna da Sociedade Promotora de Educação Popular*, formada por raparigas em 1909.²⁶

A *Tuna das Costureiras de Lisboa*, agremiação federada no CNMP e aderente à *Liga Republicana das Mulheres Portuguesas* (em 1912) terá funcionado entre 1909 e 1917.²⁷ O regulamento, enviado por Aurora Serrão ao governador civil de Lisboa em 1916, explicita a vocação recreativa, social e educativa desta agremiação gerida exclusivamente por «senhoras», com intérpretes apenas do sexo feminino, mas disponibilizando a sócias e sócios uma aula de música na sua sede.²⁸ Entre as intenções da Tuna estava a promoção ou participação em festas de associações de classe, objetivo que foi cumprido, como se comprova por notícias publicadas na imprensa. A TCL atuou em

²⁴ Rui Filipe Duarte Marques, «Tunas em Portugal: Espaços de construção, negociação e transformação social através da música. Um estudo sobre a Tuna Souselense» (tese de doutoramento em Música, Aveiro, Universidade de Aveiro, 2019).

²⁵ Designada por *Tuna Democrática da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas*, numa notícia de 1914, publicada em *A Voz do Operário*. «Obra Maternal», *A Voz do Operário*, 1810, 5 de julho 1914:1.

²⁶ Marques, «Tunas em Portugal...», 46.

²⁷ Sediada na Rua da Mouraria 27, 1.º (em 1913), na Rua das Olarias 3, 1.º (em 1916) e na Calçada de Santo André 45, 1.º (em 1917).

²⁸ Carta da *Tuna das Costureiras de Lisboa* para o governador civil de Lisboa, 8-2-1917. Secretaria-Geral do Ministério de Administração Interna (SGMAI). Divisão de Documentação e Arquivo (DDA). Grupo Tuna das Costureiras de Lisboa. Pasta 51, Processo 1371, caixa 731, folha 1. PT/SGMAI/GCLSB/H-B/001/13226.

reuniões e celebrações, nomeadamente no 24.º aniversário da *Associação de Classe dos Operários Alfaiates* (em 1914),²⁹ e no 20.º aniversário da *Associação de Classe das Costureiras e Ajuntadeiras de Lisboa* (em 1915),³⁰ organização com quem terá mantido uma relação de proximidade, mediada por Aurora Serrão, delegada suplente da TCL no CNMP.³¹ As atuações trouxeram propaganda para as associações que acolheram ou promoveram a TCL; reforçaram a socialização e o convívio entre profissionais da classe; e potenciaram a participação de camadas sociais desfavorecidas na produção, difusão e consumo artístico.³²

A TCL constituiu-se um ponto de contacto entre o movimento das mulheres operárias e o movimento feminista, formado predominantemente por mulheres de uma elite. Verificam-se ligações «ténues» e indiretas entre os dois movimentos, mas o CNMP e o associativismo das trabalhadoras não conseguem articular-se organicamente.³³ Virgínia Baptista assinala que estes «dois mundos» coincidem na defesa do direito a salário igual para trabalho igual e na proteção e educação materno-infantil em contexto fabril.³⁴ Mas para Joana Dias Pereira, apesar de as feministas do CNMP terem proferido discursos em torno da «sobre-exploração e [d]a desprotecção da mulher trabalhadora», as posições das dirigentes dos movimentos feministas de elite empurram as portuguesas sobretudo para a esfera doméstica e familiar, oferecendo-lhes apenas papel de destaque na educação e instrução das crianças.³⁵ A pesquisa das agremiações federadas no CNMP permite-nos identificar organizações e dirigentes que perspetivam esta visão, não só ilustrando a diversidade das posições defendidas

²⁹ «Associações de classe». Festas de hoje. Operários Alfaiates», *A Voz do Operário*, 21 de junho 1914, n.º 1808: 3.

³⁰ «Festas associativas», *A Capital*, 1408, 4 de julho de 1914: 2.

³¹ Membro dos corpos sociais e da Assembleia Geral da *Associação de Classe das Costureiras e Ajuntadeiras de Lisboa* (1911) e líder da *União das Mulheres Socialistas*, fundada em 1912. Nesta ativista pela educação/recreação artística, coincidem feminismo e socialismo.

³² Marques, «Tunas em Portugal...», 44.

³³ Joana Dias Pereira, *Associativismo Livre: Uma História de Fraternidade e Progresso (1824-1926)* (Lisboa: Almedina, 2020), 173. Ver também: Maria Alice Samara, *Operárias e Burguesas: As Mulheres no Tempo da República* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007).

³⁴ Virgínia Baptista, *Protecção e Direitos das Mulheres Trabalhadoras em Portugal 1880-1943* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016), 311.

³⁵ Pereira, *Associativismo Livre...*, 173.

e a complexidade das relações entre trabalhadoras e feministas. Por exemplo, Emília de Sousa Costa (1877-1959), à frente da CAEPSF, defende um feminismo «comedido».³⁶ Considera que as mulheres deveriam ficar no lar, sempre que pudessem fazê-lo, porque seria essa «a sua tendência natural», mas também reconhece que este privilégio nunca seria vivido por milhões delas. Por isso, embora advogue o direito ao trabalho feminino, promove a formação doméstica e profissional de meninas e raparigas, valorizando a possibilidade de desenvolverem pequenas indústrias no espaço doméstico onde poderiam trabalhar e contribuir com o fruto do seu labor para auxiliar pais e maridos.³⁷ Noutras perspetivas emancipatórias, Carmen Marques, promotora da *Associação de Mulheres Universitárias de Portugal*, bate-se pelo direito das mulheres à formação no ensino superior e a trabalhar em igualdade jurídica com os homens em todos os ramos de atividade, e Isabel da Malta (pseudónimo de Maria Clara Correia Alves) defende a necessidade de concentração e colaboração entre mulheres de todas as classes sociais, trabalhadoras e feministas, em torno da causa operária feminina:

[...] o protesto dum individuo ou duma classe isoladamente e apenas quando a fome os assedia, não basta. Urge que todas as mulheres que trabalham qualquer que seja a classe social a que pertençam e todas as feministas em geral sem que sintam a necessidade imediata de defender os seus interesses individuais, se ocupem a sério da importante questão do trabalho feminino organizando-se um movimento ordenado nesse sentido.³⁸

Vanda Gorjão lembra que, embora as feministas do CNMP viessem em geral de classes privilegiadas social, económica e culturalmente, pertencendo à classe média urbana ou descendendo da aristocracia, em muitas destas famílias discutia-se, simpatizava-se

³⁶ Emília de Sousa Costa, *Olha a Malícia e a Maldade das Mulheres! Conferência Pronunciada no Salão de Festas do Século, em Junho de 1930* (Lisboa: Empresa do Anuário Comercial, 1932), 15.

³⁷ Emília de Sousa Costa, *A Mulher: Educação Infantil* (Rio de Janeiro: Álvaro Pinto, Editor, 1923), 38.

³⁸ Isabel da Malta, «Questões sociais – A greve das engomadeiras», *Alma Feminina*, n.º 3, março de 1918: 30.

ou apoiava-se o republicanismo, o socialismo e as reivindicações do movimento operário ou anarcossindicalista.³⁹ Diversas dirigentes do CNMP, nomeadamente Elina Guimarães, abordam os mais diversos temas relacionados com os direitos das mulheres, onde se inclui, para além de direitos políticos (sufrágio) e civis, a educação e o trabalho. Refira-se ainda que as operárias da indústria têxtil e o movimento feminista se associam em torno de outras causas, para além da proteção à infância e à maternidade ou da formação musical e recreativa (como comprova a afiliação da TCL no CNMP). Coincidem na luta contra a regulamentação da prostituição, contra os «ditos ofensivos da moral»⁴⁰ e contra o assédio.⁴¹ Em 1917, n' *A Semeadora* transcreve-se uma carta da *União das Costureiras do Porto* enviada ao presidente da República Bernardino Machado, em favor de Maria Fermiana, camponesa de São Martinho do Porto condenada a 20 anos de degredo em África, por matar em defesa própria «um homem que a perseguia com desejos desonestos».⁴² O movimento de solidariedade para com Maria Fermiana, iniciado pela *Liga Republicana das Mulheres Portuguesas*, envolve diversas feministas e várias organizações, nomeadamente o CNMP, que endossou uma representação a Bernardino Machado, pedindo que a incluisse no número de indultos a conceder em 5 de outubro de 1917 – o documento foi assinado por Maria Clara Correia Alves, a APF e o *Centro Democrático de Paranhos*.⁴³

O cruzamento da causa do sindicalismo feminino e do feminismo é uma questão complexa. No CNMP, em 1917, Adelaide Ferreira de Carvalho propõe a criação de «uma secção para a colocação de senhoras que pertençam a qualquer associação de classes federadas no Conselho», iniciativa reveladora de uma intenção de aproximação.⁴⁴

³⁹ Vanda Gorjão, *Mulheres em Tempos Sombrios: Oposição feminina ao Estado Novo* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002), 40.

⁴⁰ «Associações de classe. Costureiras e ajuntadeiras», *A Voz do Operário*, 1807, 14 junho 1914: 3.

⁴¹ Paulo Marques Alves, e Olinda Gama, «A militância no feminino nos primórdios do sindicalismo em Portugal». *Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, n.º 2 (2013): 191.

⁴² «Uma obra de urgente justiça». *A Semeadora*, n.º 23, 15 de maio de 1917: 4.

⁴³ Sílvia Espírito-Santo, «Domingas Lazary Amaral – ‘Uma Querelada pela Liberdade de Imprensa’», *Ex æquo*, n.º 39 (2019): 39-53.

⁴⁴ «Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas», *Alma Feminina*, n.º 11, novembro de 1917: 132.

O interesse pela situação de todas as mulheres, inclusivamente das mulheres operárias, reafirma-se com a chegada de Maria Lamas à presidência em 1945, visão que motiva o encerramento do CNMP, tendo como pano de fundo a conjuntura política do pós-guerra, que se caracteriza pela derrota do fascismo nos países europeus, e pela afirmação de uma oposição legal e clandestina mais forte ao Estado Novo.⁴⁵ Apesar dessa evolução, em meados da década de 1910, o CNMP envolvia-se já, através de algumas associações, na contestação de políticas, nomeadamente educativas, e na reivindicação de direitos profissionais, em concreto do professorado primário oficial e do professorado livre.

Grémio dos Professores Primários Oficiais: algumas vozes femininas

O GPPO contribui para refletir sobre o envolvimento do movimento feminista na defesa dos direitos das mulheres em contexto profissional do ensino. Criado em finais de 1913 por Joaquim Pedro Moreira e Virgílio Santos (1887-1921) e dinamizado por António Manaças (1889-1920), tem por base a valorização do associativismo de classe e o sindicalismo, a defesa dos interesses materiais de docentes e o aperfeiçoamento das competências profissionais. Nos primeiros anos da República, constituiu-se, segundo António Nóvoa, uma das «iniciativas mais interessantes de busca de um modelo de associativismo docente».⁴⁶ Embora não sejam conhecidas dirigentes do CNMP na fundação do GPPO, a afiliação estará relacionada com a militância de diversas professoras primárias no CNMP, nomeadamente de Beatriz Teixeira de Magalhães, que era ativista igualmente da *Liga Portuguesa Abolicionista*, e de Deolinda Lopes Vieira (1888-1993), mas também com relações de vizinhança entre ambas as organizações. A Praça dos Restauradores n.º 13, morada do consultório de

⁴⁵ Anne Cova, e António Costa Pinto, «O Salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa», *Penélope: Fazer e Desfazer a História*, n.º 17 (1997): 71-94. E dos mesmos autores: «Women and Salazarism», em *Political and Historical Encyclopedia of Women*, dir. Christine Fauré (Nova Iorque: Routledge, 2003), 397-405.

⁴⁶ António Nóvoa, dir. *A Imprensa de Educação e Ensino: Repertório Analítico (Séculos XIX-XX)* (Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993), 174.

Adelaide Cabete e sede do Conselho, coincidiu com a localização do gabinete da direção do GPPO.

Na época em que o GPPO se federa no CNMP, artigos publicados na imprensa republicana remetem para uma consciência crescente da necessidade dos movimentos feministas se envolverem na defesa dos problemas das mulheres professoras no ensino. Em 1915, *A Capital* publica um apelo para que as «senhoras da propaganda feminista» tomem «a peito a causa das diplomadas» e defendam centenas de professoras primárias que não conseguiam, em Lisboa, obter ocupação remunerada e garantida.⁴⁷ O texto chama a atenção para as dificuldades das estudantes na Escola Normal, que procedia à formação do professorado, argumentando que as alunas provinham geralmente de famílias sem recursos e que só à custa de grandes esforços concluía os estudos. Para além disso, denunciavam-se problemas de discriminação nas colocações e contratações, indicando que as professoras eram preteridas relativamente aos professores, independentemente do mérito na formação. As questões materiais – vencimentos baixos, pagos frequentemente com atrasos, as despesas de passagens e de instalação do primeiro mês – constituíam, segundo *A Capital*, fatores de desânimo e desilusão, «levando-a [à professora] a preferir as magras sopas da família e umas lições de acaso [ou seja, o ensino particular]» e, nalguns casos, atiravam-na «para a estrada da perdição», para as «miserias moraes», que tinham tantas vezes «como ultimo theatro o alcouce [prostíbulo] e a enfermaria».⁴⁸ No artigo desafiavam-se as feministas a tomar os problemas das professoras em mãos próprias: «As senhoras que metteram hombros a propaganda em favor dos direitos femininos teem na causa tão simpathica e tão esquecida das pobres professoras diplomadas motivo de sobra para uma admirável e generosa campanha. Não será assim?».⁴⁹ O artigo não é assinado e não há qualquer referência ao GPPO ou a outra associação de classe do professorado. A APF, por iniciativa de Ana de Castro Osório, faz saber a sua posição no dia seguinte, no mesmo diário, num texto onde valoriza o trabalho das mulheres e a autonomia feminina e no qual se desculpa com a falta de associadas professoras e com o silêncio

⁴⁷ «A crise das professoras – O que ellas pedem. O que lhes pagam», *A Capital*, 1803, 12 de agosto de 1915: 1.

⁴⁸ «A crise das professoras...», *A Capital*, 1.

⁴⁹ «A crise das professoras...», *A Capital*, 1.

do professorado feminino, que não se envolve nas lutas feministas.⁵⁰ As considerações são reveladoras de uma expectativa. Deveriam ser as professoras, individualmente ou organizadas em associações profissionais e sindicais, a integrarem o movimento feminista? Este não se envolveria nos problemas da classe sem os conhecer, sem ter vozes que os pronunciassem. Mas estariam as docentes portuguesas cientes da existência dos movimentos feministas? Identificar-se-iam com os seus discursos?

As temáticas da educação estão no cerne dos dois congressos feministas e da educação de 1924 e de 1928, organizados pelo CNMP, sendo abordadas por A. C. Amaral Frazão, Adelaide Cabete, Albertina Gambôa, Deolinda Lopes Vieira, Domingas Lazary Amaral, Ilda Pinto de Lima, Paulina Luisi, Regina do Carmo e Victória Pais Freire de Andrade, no primeiro encontro, e por Adelaide Cabete, Beatriz Teixeira de Magalhães, Deolinda Lopes Vieira e Manuela de Palma Carlos, no segundo congresso, embora não na perspetiva dos direitos laborais das professoras. Em 1924, o secretário geral da *Confederação Geral do Trabalho* (CGT), Manuel da Silva Campos, felicita as professoras primárias «que brilhantemente cooperaram no Congresso [feminista e da educação], honrando assim a classe a que pertenciam».⁵¹ Saúda as «portuguesas que aspiram a conquistar os legítimos direitos que o capitalismo, a moral legislada e a autoridade constituída persistem em negar-lhes», e afirma estar «absolutamente convencido» de que «não há um problema feminista a resolver, mas uma questão social a solucionar, isto é, que a emancipação moral e política do género feminino depende da libertação económica dos povos da classe detentora dos meios de Produção e de Vida».⁵²

Entre finais do século XIX e inícios do século XX, as referências ao feminismo na imprensa de educação e ensino são pouco numerosas. No repertório analítico dirigido por António Nóvoa, registam-se abordagens em periódicos, sobretudo naqueles assumidamente feministas (*Alma Feminina; A Madrugada; A Mulher e a Criança; A Mulher Portuguesa*), na *Revista do Bem*, em o *Coração e Cérebro* e na revista *Educação*,

⁵⁰ Ana de Castro Osório, «A crise das professoras – O que diz a Associação de Propaganda Feminista», *A Capital*, 1804, 13 de agosto de 1915: 1.

⁵¹ «O Congresso feminista e de educação». *O Professor Primário*, n.º 239, 18 de maio de 1924: 3.

⁵² «O Congresso feminista...» ..., 3.

onde escrevem ativistas do GPPO e do CNMP, como Beatriz Teixeira de Magalhães.⁵³ Mas os problemas vividos na docência pelas mulheres e as suas visões sobre políticas que as discriminam, são relatados por professoras na imprensa de educação, em publicações feministas (*Alma Feminina* e *A Mulher Portuguesa*) e em jornais republicanos, como *A Capital* ou o jornal anarquista *A Batalha*,⁵⁴ – escrevem contra regulamentos legais que tendem a assegurar uma força de trabalho masculina nas escolas primárias, «monopolizando os lugares mais prestigiados para esses mesmos elementos»;⁵⁵ opõem-se à gestão e inspeção, enquanto domínio masculino, na escola primária pública; defendem a legitimidade para lecionar classes mais avançadas do ensino primário, sem prejuízo moral dos estudantes.

Em 1919, no artigo intitulado «A professora é reacionária?», Beatriz Teixeira de Magalhães contesta a intenção do Estado de afastar as mulheres do ensino da 4.^a e 5.^a classes, restringindo o seu trabalho ao ensino infantil e aos três anos iniciais da escola primária.⁵⁶ A feminista do CNMP e dirigente do GPPO questiona a suposta influência perniciosa das docentes junto de estudantes com idades mais avançadas, implícita nos artigos 20.º, 21.º e 22.º da Reforma do Ensino Primário de 1919. Esta reforma, liderada pelo ministro Leonardo Coimbra, aumentou a duração da escolaridade obrigatória para cinco classes de frequência universal e gratuita, entre os 7 e os 12 anos, e adotou o princípio da coeducação entre rapazes e raparigas, um dos três processos em implementação na escola no período republicano, a par da descentralização e da neutralização religiosa.⁵⁷ A coeducação é um dos temas discutidos por professoras do CNMP, e, tendo sido abolida em 1927 pelo Decreto-Lei n.º 13791, de 17 de junho de 1927, gerou muitas questões ao longo dos oito anos em que vigorou. Apesar de se determinar o ensino conjunto, aceitava-se a continuação das escolas separadas e havia atividades comuns

⁵³ Nóvoa, dir., *A Imprensa de Educação e Ensino...*, 28, 605, 656, 657, 658, 788, 223, 273.

⁵⁴ Helena Costa Araújo, *As Pioneiras na Educação: As Professoras Primárias na Viragem do Século: Contextos, Percursos e Experiências 1870-1933* (Porto: Instituto de Inovação Educacional, 2000), 218.

⁵⁵ Araújo, *As Pioneiras na Educação...*, 325.

⁵⁶ Beatriz Teixeira de Magalhães, «A professora é reacionária?», *O Professor Primário*, n.º 19, 27 de julho 1919: 1.

⁵⁷ Araújo, *As Pioneiras na Educação...*, 179.

a ambos os sexos, mas com exceções: a costura só se destinava às raparigas, a economia doméstica era obrigatória, mas os rapazes podiam ser dispensados, e, em 1924, determina-se que o/a professor/a tinha liberdade para organizar turmas separadas para ginástica, caso achasse preferível.⁵⁸ Com a abolição da coeducação, esgrimiram-se argumentos entre fações a favor, defendidas por republicanos/as, anarquistas e feministas, e contra. Os opositores veem-na como uma influência do bolchevismo, como promiscuidade sexual e enquanto fator de afastamento das mulheres dos lares.⁵⁹

Em 1927, Deolinda Lopes Vieira, dirigente do CNMP, envia à redação de *O Professor Primário* uma representação apresentada ao ministro da Instrução em nome do CNMP, onde se manifesta profundo desgosto pelo decreto que reorganizava o ensino primário, estabelecendo a separação dos sexos.

É a êsse funesto princípio [do ensino separado para rapazes e raparigas] que a mulher deve preconceitos de inferioridade mental que por tanto tempo a têm escravizado e impedido de colaborar mais activamente na obra da civilização. Postos lado a lado nos bancos da escola, vêem-se as raparigas acompanhar os trabalhos escolares com a mesma facilidade e inteligência que os seus colegas masculinos. E assim alcança a mulher além da consciência do seu próprio valor e dignidade, ser considerada não unicamente como um objecto de adorno ou uma máquina para trabalhos manuais, mas como um ser inteligente e útil. [...] Por tudo isso, o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas pede a V. Ex^a que o princípio da coeducação seja reconhecido em todos os graus de ensino.⁶⁰

As mulheres professoras, algumas assumidamente feministas, envolvem-se em associações de classe, escrevem artigos, assinam denúncias, promovem representações e fazem comunicações em congressos. Neste sentido, o GPPO convida Ana de Castro Osório e a escritora Irene Lisboa (1892-1958) a integrar as conferências que promove na *Sociedade de Geografia de Lisboa*, em 1926. No mesmo ano, um grupo de duzentas docentes, em que se inclui Beatriz Teixeira de

⁵⁸ Araújo, *As Pioneiras na Educação...*, 183.

⁵⁹ Araújo, *As Pioneiras na Educação...*, 330.

⁶⁰ Deolinda Lopes Vieira, «Pela Coeducação», *O Professor Primário*, n.º 400, 14 de agosto 1927: 2.

Magalhães, sai do GPPO em rota de colisão com a direção e forma o *Núcleo dos Professores Primários Oficiais de Lisboa*, a que virá a pertencer a professora feminista e libertária Lucinda Tavares, outro nome associado à defesa dos direitos do professorado primário e das mulheres na docência. A contenda entre as duas organizações é mais um episódio da muito apregoadada falta de coesão de classe. Maria Veleda é outra das vozes ativas na defesa dos direitos das professoras e a organização a que pertence, a *Associação dos Professores do Ensino Livre*, agremiação também federada do CNMP, tem um papel de relevo na equação de problemas sentidos pelas mulheres do ensino particular.⁶¹

As questões da educação são debatidas por ativistas de diversas agremiações fora da lógica do associativismo de classe e da defesa de direitos profissionais. O atraso da instrução é considerado por muitas feministas da chamada primeira vaga a causa principal da discriminação social e legal das mulheres. Diversas organizações federadas no CNMP criam iniciativas de educação, instrução e formação profissional e doméstica para proteger moralmente e materialmente raparigas e mulheres mais desfavorecidas.

Os Recreatórios Post-Ecolares e a Caixa de Auxílio a Estudantes Pobres do Sexo Feminino: educar a infância para autonomizar as mulheres

Os RPE e a CAEPSF são duas das agremiações do CNMP que intervêm ao nível da formação profissional e doméstica de crianças e jovens, reconhecendo a importância do trabalho feminino em contextos sociais desfavorecidos, mas sempre sobrevalorizando os papéis sociais das mulheres nos lares. Ambas as iniciativas têm patente uma dimensão moralizante. Visam criar condições para que raparigas e mulheres encontrem formas de sustento, evitando cair nas ruas e na prostituição.

⁶¹ Natividade Monteiro, *Maria Veleda (1871-1955): Uma Professora Feminista, Republicana e Livre-Pensadora. Caminhos trilhados pelo direito de cidadania*. (Olhão: Gente Singular, 2012).

Os RPE foram fundados em Lisboa, em 1912, por iniciativa da professora Aurélia de Miranda. O objetivo da associação fixa-se, após 5 anos de funcionamento, em completar a formação exclusiva de raparigas dos 11 aos 20 anos, que tivessem feito exame do 1.º ou 2.º grau do ensino primário. Pretendia-se capacitá-las para um trabalho ou profissão que as ajudasse a sustentar-se, se fosse caso disso, ou lhes permitisse apoiar financeiramente quem o fizesse por si. Num artigo publicado na *Alma Feminina*, escreve-se que o objetivo dos RPE era «enobrecer o carácter da mulher dando-lhe uma profissão que, mais tarde, lhe poderá ser útil, podendo trazer para o seu lar, a ajuda duma migalha de pão, elevando-a junto do seu marido, por não estar esperando pela fêria que êle traga no fim da semana».⁶²

O 1.º recreatório é fundado na Escola Central n.º 1 e o 2.º, e último de que temos notícia, na Escola Central n.º 18, ambos em Lisboa. A formação é gratuita e presta-se aos domingos, das 13 às 18 horas. As estudantes aprendem a arte de dizer, bordados, canto coral, costura, desenho, português e rendas. Em círculos feministas, os RPE são descritos como uma «obra de alta moralidade», «das mais belas e das mais úteis para a educação do povo português».⁶³ A perspetiva da formação profissional e doméstica está na base da fundação desta agremiação, mas a documentação encontrada sugere a valorização das competências laborais que pudessem ser desempenhadas em casa.

A CAEPSF foi fundada em Lisboa, em 1912, por iniciativa de Maria do Carmo Lopes, Emília de Sousa Costa, Leopoldina Penella e Dilara da Visitação Moura, algumas sócias da APF, pretendendo estimular a instrução feminina. Emprestava anualmente livros e materiais de estudo a alunas pobres dos liceus, escolas normais, Conservatório e escolas industriais e profissionais; distribuía a algumas, com auxílio da Provedoria Central da Assistência, um subsídio pecuniário trimestral; e pagava-lhes as matrículas. Também mantinha na sede, na Rua Marechal Saldanha, n.º 38, um curso noturno para mulheres e uma escola primária.

Dirigida por Emília de Sousa Costa, não restringia a sua atuação «como o seu título parece indicar, à protecção material e moral a

⁶² «Recreatorios Post-Ecolares», *Alma Feminina*, n.º 6, junho 1917: 70.

⁶³ «A obra social das mulheres portuguesas», *A Semeadora*, n.º 19, 15 de janeiro 1917: 2.

estudantes, mas estende-se a todas as Mulheres Portuguesas que solicitam o seu amparo». ⁶⁴ À semelhança dos RPE, também se propõe proteger as raparigas, arrancando-as à perversão das ruas e provendo o seu ensino, neste caso, oferecendo valências mais diversificadas. A extinção da agremiação ocorreu em 1935. ⁶⁵ As dirigentes encetaram, nos últimos dez anos, uma luta incansável pela sobrevivência financeira, com iniciativas sistemáticas e variadas de angariação de fundos, acompanhadas de uma campanha persistente em jornais e revistas internacionais.

Regina Tavares da Silva considera que Emília de Sousa Costa «manifesta uma visão inovadora e corajosa do papel das mulheres», defendendo nas suas obras a importância da autonomia, responsabilidade, cultura e formação profissional na educação de gerações futuras, a que não deveria faltar «os temas da economia doméstica, da saúde e higiene, e da educação infantil». ⁶⁶ A CAEPSF ajusta-se a esta visão integradora dos papéis das mulheres na sociedade, insistindo, porém, de forma inalienável na sua responsabilidade no lar e na maternidade. No inquérito sobre feminismo levado a cabo pelo *Diário de Lisboa*, em 1929, Emília de Sousa Costa defende que as mulheres devem confinar-se, preferencialmente, à esfera doméstica, embora reconheça a importância de proteger as que necessitassem de trabalhar fora do lar, com direitos assegurados, nomeadamente o salário igual para trabalhos equivalentes. Mas não todos os trabalhos e carreiras. A referida escritora demarca-se dos «sonhos absurdos de criaturas desavisadas que pretendem *igualar* absolutamente dois seres [homens e mulheres] desiguais, e, por natureza, com funções espirituais e físicas distintas». ⁶⁷ Considera que as mulheres podem contribuir para o bem coletivo, ocupando lugares onde não percam a feminilidade,

⁶⁴ Ver carta-circular enviada pela CAEPSF ao jornal *A Semeadora*: «A obra social das mulheres portuguesas», n.º 19, 15 de janeiro de 1917: 2, col. 1.

⁶⁵ Envelope de carta do Governo Civil do Distrito de Lisboa para a *Caixa de Auxílio a Estudantes Pobres do Sexo Feminino*. Secretaria-Geral do Ministério de Administração Interna (SGMAI). Divisão de Documentação e Arquivo (DDA). Pasta 46, Processo 1270, caixa 726, Folha 3.3. PT/SGMAI/GCLSB/H-B/001/13167.

⁶⁶ Regina Tavares da Silva, «Emília da Piedade Cardoso Teixeira Lopes de Sousa Costa», em *Dicionário no Feminino*, dir. Zília Osório de Castro e João Esteves (Lisboa: Livros Horizonte, 2005), 305-307.

⁶⁷ «Um inquérito – Uma opinião sensata sobre o feminismo», *Diário de Lisboa*, n.º 2637, 13 de novembro 1929: 6.

e pondo em prática a sua «sensibilidade especial» e «feição piedosa». ⁶⁸ Consciente de que a família lucra com a atividade profissional feminina, lembra que funções domésticas e extra-domésticas deveriam ser conciliadas, e apela ao reconhecimento e valorização do trabalho não remunerado, dentro do lar. Uma visão distinta da de Emília de Sousa Costa, que incentiva a formação académica das mulheres e a defesa dos seus direitos profissionais, é ensaiada na génese de outra agremiação, a *Associação das Mulheres Universitárias de Portugal* (AMUP) que não chega a fazer obra pela morte prematura de uma das suas cofundadoras.

Associação das Mulheres Universitárias de Portugal: colocar as portuguesas entre «as mulheres cultas do mundo»

A AMUP é entendida como «um acto de patriotismo», movido por Adelaide Cabete, que assim fazia as portuguesas figurar entre «as mulheres cultas do mundo». ⁶⁹ A intenção era acabar com a «péssima impressão» de uma ausência portuguesa na IFUW, «consideradíssima» mundialmente pelas relações diretas com a *Sociedade das Nações* (SDN) e contando já em 1929 com 50 mil sócias (de cerca de 30 associações nacionais). ⁷⁰ Entre as organizadoras da AMUP, impunha-se também a consciência de uma lacuna na defesa dos direitos das universitárias portuguesas, que se mantinham «injustamente desprezados». ⁷¹ Num artigo sobre a agremiação publicado no jornal *Actualidades* define-se aliás o afastamento histórico das mulheres do ensino superior como «o último acto da escravatura praticado pelo homem». ⁷²

Adelaide Cabete impulsionou a fundação da AMUP juntamente com a advogada e escritora Carmen Marques (1902-1930), uma voz marcante na defesa do direito das mulheres a prosseguir estudos

⁶⁸ «Um inquérito...», 6.

⁶⁹ Elina Guimarães, «Associação das Mulheres Universitárias de Portugal», *Revista Escolar*, n.º 10, dezembro 1929: 584.

⁷⁰ Guimarães, «Associação das Mulheres...», 584.

⁷¹ Guimarães, «Associação das Mulheres...», 583.

⁷² «Uma internacional feminina», *Actualidades*, n.º 2, 27 de janeiro 1929: 4.

académicos e na desconstrução de tomadas de posição antifeministas que correlacionavam diretamente descida da natalidade com formação académica das mulheres. Carmen Marques lamenta que outros fatores não preocupassem os antifeministas, nomeadamente o trabalho intenso em casa, nas oficinas e nos campos, até ao último dia de gravidez, com as mulheres em posições perniciosas, muitas delas sem se alimentarem adequadamente.⁷³ Segundo Elina Guimarães, a AMUP seria um «sindicato profissional» e um «centro de cultura», tendo entre os objetivos conceder bolsas de estudo, prémios pecuniários, viagens e estágios no estrangeiro.⁷⁴

A intenção de criar a AMUP segue uma tendência nos movimentos feministas internacionais. A *Alma Feminina* anuncia em 1928⁷⁵ a constituição da AMUP, congregando diplomadas de Coimbra, Lisboa e Porto: «Logo, que este trabalho esteja concluído, far-se-ha a inauguração solene da agremiação científica feminina portuguesa seguindo-se depois os trabalhos de estudo e investigação científica a que vai dedicar-se».⁷⁶ Esta associação pretendia ser uma delegação da prestigiada IFUW. A AMUP estabeleceu relações, mediadas por Adelaide Cabete, com a congénere espanhola *Asociación Universitaria Femenina*, fundada em 1920, com a designação de *Juventud Universitaria Femenina*, e afiliada, desde 1921, na IFUW. Como se argumenta então no país vizinho, enquadrar as universitárias no feminismo era uma estratégia para garantir que, no futuro, a defesa dos direitos fosse também mobilizada por ativistas com cultura e educação superior.⁷⁷

No início da década de 1930 marca presença na imprensa em Portugal a congénere brasileira *União Universitária Feminina*, também membro da IFUW, que tem entre as suas cofundadoras a feminista brasileira Bertha Lutz (1894-1976), presidente da *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*, com quem o CNMP mantém uma relação de

⁷³ Carmen Marques, «O Feminismo», *O Povo*, n.º 290, 11 de junho de 1929: 2.

⁷⁴ Elina Guimarães, «Associação das Mulheres Universitárias de Portugal», *Revista Escolar...*, 583.

⁷⁵ «Associação de Mulheres Universitárias de Portugal», *Alma Feminina*, 5, setembro/outubro 1928: 7.

⁷⁶ «Associação de Mulheres Universitárias de Portugal», *Alma Feminina*, 6, novembro/dezembro 1928: 12.

⁷⁷ Luz Sanfeliu Gimeno, «Educación superior femenina y nuevas conformaciones identitarias: la Juventud Universitaria Femenina (1923-1930)», *Historia Contemporánea*, n.º 55 (2017): 547-573.

estreita amizade. Bertha Lutz defende, em 1931, na publicação *Portugal Feminino*, o direito das mulheres a estudar no ensino superior e invoca as situações reiteradas de injustiça, discriminação e violência que sofrem nas universidades em diversos países do mundo, mas também as dificuldades que as diplomadas sentem na tentativa de exercer a sua profissão. Apesar do panorama, regozija-se pela existência de sinais de mudança. No artigo, lembra que o argumento principal usado contra a entrada das mulheres nas universidades não mudava desde a antiguidade: a presença feminina impediria a concentração de alunos e professores: «Ainda bem que a acusação de perturbação decorrente da presença de indivíduos do outro sexo se limita aos homens e que são eles que ficam incapacitados para estudar!», alega ironicamente.⁷⁸

As relações entre a AMUP e as congêneres espanhola e brasileira espelham uma rede de influências entre feministas que, atuando nos conselhos nacionais de mulheres, em função dos problemas específicos dos seus países, estavam atentas ao contexto internacional, comunicando, lendo, aprendendo, discutindo, influenciando e integrando projetos em conjunto.

Os esforços para o desenvolvimento da AMUP são interrompidos pela morte de Carmen Marques em 1930 e terão sido desincentivados por um contexto político avesso ao associativismo e à promoção das mulheres fora do espaço doméstico. A *Alma Feminina* noticia o «doloroso golpe» que foi o falecimento inesperado, aos 28 anos, da «distinta» causídica.⁷⁹ Espírito crítico e destemido, é uma figura muito estimada e admirada, uma advogada a quem se antevia uma carreira brilhante. Profere conferências, escreve livros, publica artigos e intervéem em casos de relevo em tribunal (defende a mulher de Alves dos Reis, no caso do Banco Angola e «Metrópole»).

Outra iniciativa que conta com mulheres com formação no ensino superior surgirá quase uma década depois, reclamando a libertação de um paradigma lesivo da saúde e do bem-estar feminino, reivindicando o direito à ocupação do espaço público e questionando concessões autoritárias sobre os papéis sociais defendidos pelo regime e pela Igreja.

⁷⁸ Bertha Lutz, «Acção feminista – O direito de estudar», *Portugal Feminino*, 15, abril de 1931: 13.

⁷⁹ Elina Guimarães, «Dra. Carmen Marques», *Alma Feminina*, 5/6, maio-junho 1930: 17.

Ginásio Feminino de Portugal: uma polémica cruzada feminista

O GFP é fundado na decorrência de uma campanha desenvolvida no jornal *República* e nas rádios Luso e Graça, em 1937, num momento em que as matérias da educação física integram o debate eugénico e em que os discursos disciplinadores do corpo feminino são inscritos na retórica de organizações femininas do Estado Novo, como a *Obra das Mães pela Educação Nacional* (OMEN), criada em 1936, e a *Mocidade Portuguesa Feminina* (MPF), fundada em 1937.⁸⁰ Na década de 1930, em que se realizam as primeiras competições organizadas e eventos desportivos para mulheres, como saraus gímnicos, festivais de nataçao e sessões de demonstração de outras modalidades, praticar desporto era sinónimo de modernismo.⁸¹

A afiliação do GFP no CNMP acontece em 1945, oito anos após a sua criação, quando Maria Lamas assume a presidência, sendo várias das suas dirigentes sócias ou membros dos Corpos Diretivos do Conselho.⁸²

A campanha doutrinária do desporto feminino e publicitária do GFP, desenvolvida na imprensa escrita e radiofónica, em 1937, é excecional.⁸³ Cria-se uma *Comissão de Senhoras Pró-Ginásio Feminino*,

⁸⁰ Sobre a OMEN e a MPF: Pimentel, Irene Flunser. *História das Organizações Femininas no Estado Novo, O Estado Novo e as Mulheres: A Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN), a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF)* Lisboa: Temas e Debates, 2001.

⁸¹ Helena Isabel de Oliveira Marques, e Maria da Natividade Mendes Couto Pereira, «A mulher e o desporto em Portugal na década de 1930», *Ex æquo*, n.º 4 (2001): 143-151.

⁸² Judite Maggiolly, Amélia Piloto César, Cândida de Sousa Madeira Pinto, Ana das Neves Patrício Álvares (Anita Patrício) (1895-1971), Fernanda de Carvalho e Gabriela Guedes Salgueiro.

⁸³ Realizam-se mais de 20 palestras sobre o desporto feminino, em duas emissoras, a Rádio Luso e a Rádio Graça, em 1937. May Norton, Celeste de Mendonça, Maria Aires, Ana Herédia, Judite Maggiolly, Júlia Gil Moreira, Maria Antónia Gomes Fernandes, Branca Lindo, Vitória Pamplona Côrte Real, Margarida Carvalho Araújo, Toribila Escobar de Lima, Ilda Jordão, Esmeralda Talaia, Maria Archer, Anita Patrício [Ana das Neves Patrício Alves] são as mulheres que fazem a defesa do interesse do *Ginásio Feminino de Portugal* aos microfones da rádio. No mesmo ano, a partir de maio, o jornal *República* publica dezenas de artigos (jornalísticos e de opinião) apoloéticos da iniciativa. A imprensa generalista (*O Século*, *Diário de Notícias*, *Primeiro de Janeiro*, *Jornal de Notícias*), desportiva (*Stadium*, *Os Sports do Algarve*, *O Norte*

integrada por diversas jornalistas que, assim, terão contribuído para a amplitude e recorrência do tema entre as páginas de jornais e revistas, generalistas e desportivas, nacionais e regionais. As iniciativas de recolha de fundos para a construção do Ginásio foram, apesar da não concretização do edifício, exemplares de uma gestão muito competente. As ativistas organizaram parcerias e eventos, amplamente participados do ponto de vista das/os atletas e da audiência. Festivais desportivos mistos e exclusivamente femininos, combates de boxe, eventos artísticos e recreativos, nomeadamente uma excursão de barco à Madeira e Açores, foram algumas das iniciativas que visaram a recolha de verbas e a publicitação do Ginásio. As dirigentes da inicial *Comissão de Senhoras Pró-Ginásio Feminino*, e do GFP entretanto constituído, eram figuras de referência em modalidades diversas, conhecedoras, portanto, da prática desportiva em Portugal e com relações próximas às direções de clubes.

Nos seus fundamentos, o GFP propõe-se sensibilizar as mulheres de todas as idades, raças e contextos socioeconómicos para a importância de cuidar da saúde e do bem-estar físico, psíquico e moral, praticando regularmente ginástica e atividade desportiva, com benefícios para o desenvolvimento de um carácter disciplinado, assertivo e competitivo. Embora o projeto inicial fosse de chegar a todas as mulheres, mesmo as de baixos recursos, acaba por tomar um rumo diferente. Em 1945, na revista *Modas & Bordados*, que tem Maria Lamas como diretora, atribui-se a fraca militância no GFP a uma visão que associa o desporto feminino a um passatempo e uma brincadeira de adolescente, resultando no seu abandono quando as mulheres entram na vida matrimonial ou profissional.⁸⁴ E outra justificação apresentada para o decréscimo associativo do GFP é a relutância dos pais, dos avós, dos tios e dos vizinhos, mas sobretudo dos noivos, que incentivam as mulheres a absterem-se do desporto, a evitarem exposições e competições.

A iniciativa de fundação de um GFP gerou grande desconforto em setores políticos, como a *Legião Portuguesa*, e religiosos próximos do regime. Consideram o projeto uma «insânia culturista», uma cruzada

Desportivo) e feminina (*Modas & Bordados*, *Eva*) dá ampla cobertura aos eventos promovidos em benefício da criação do GFP.

⁸⁴ Hortense de Almeida, «Raparigas, o Ginásio Feminino de Portugal espera-vos». *Modas & Bordados*, 1772, 23 de janeiro 1945: 16.

feminista e comunista, que afetaria a fecundidade, a força física e moral das mulheres tradicionais portuguesas.⁸⁵ É, aliás, movida uma campanha antiginásio em jornais católicos, não impedindo ainda assim a oficialização da organização, nas vésperas da formação da MPF, influenciando provavelmente a forma como a educação física e o desporto terão sido integrados no projeto educativo desta associação.⁸⁶

O GFP é, certamente, a agremiada do CNMP envolta em maior polémica. As propostas doutrinárias que defende questionam a visão política do género no Estado Novo. A intervenção do Ginásio constitui uma forma de resistência. A agremiada consegue sobreviver à contracampanha descredibilizante divulgada na imprensa católica, embora com dificuldades. Entre 1937 e 1945, data em que se filia no CNMP, o GFP viveu uma situação «precária», superada graças ao «esforço, tenacidade e dedicação das suas dirigentes».⁸⁷ Na *Modas & Bordados* defende-se que «é necessário alimentar a chama que há oito anos brilhou alta e, mercê de alguns sacrifícios admiráveis, ainda não se extinguiu».⁸⁸ Terá sido essa a intenção de Maria Lamas na afiliação do GFP no CNMP.

Conclusão

O CNMP foi criado com o propósito de «agrupar obras e sociedades», femininas ou mistas, que cuidassem dos interesses das mulheres e das crianças, sendo esse o seu fim principal, definido nos Estatutos em 1914. As fundadoras entendem o associativismo como um valor de muito mais alto merecimento do que a vontade do indivíduo isoladamente. Apesar da expectativa de existirem já à época da fundação

⁸⁵ Jorge Calado, «O Duce e o desporto feminino», *Novidades*, 13 227, 2 de agosto 1937, 13 227: 6.

⁸⁶ Calado, «O Duce e o desporto...», 6; «Educação física errada, igual a não educação», *Novidades*, 13 236, 11 de agosto de 1937: 1; «Desportismo e feminismo – Exibições moralmente inconvenientes e biologicamente destruidoras», *Novidades*, 13 305, 20 de outubro 1937: 1; «Hominismo e Donjuanismo», *Novidades*, 13 306, 21 de outubro 1937: 1; «Orientações Perigosas – Aproveitadas como disfarças revolucionárias», *Novidades*, 13 307, 22 de outubro 1937: 1; «Protesto da ‘Legião Portuguesa’ contra um movimento feminista», *A Voz*, 3851, 11 de novembro 1937: 1.

⁸⁷ Almeida, «Raparigas, o Ginásio Feminino ...», 16.

⁸⁸ Almeida, «Raparigas, o Ginásio Feminino ...», 16.

do CNMP, pelo país fora, iniciativas dignas de registo, o diagnóstico feito pelas dirigentes ao longo das três décadas de existência do Conselho não é tendencialmente positivo. Lamentam, frequentemente, a falta de agremiações, o fraco espírito de associativismo das portuguesas e o efeito negativo de discursos antifeministas que dissuadiam as mulheres de se assumirem agentes da sua «libertação». No entanto, são mais de vinte as agremiadas que se juntam ao CNMP, maioritariamente femininas, mas também outras onde prevaleceu a ausência das mulheres nos corpos sociais. As associadas federadas desenvolveram obra filantrópica, benemérita, profissional e recreativa e intervieram, maioritariamente, em áreas como a assistência, a educação e o trabalho. Apesar de um modelo federativo estar na base do Conselho, da intenção expressa de apoio moral às agremiações e de algumas dirigentes do CNMP terem participado na fundação e direção das associações, é pouco expressiva a visibilidade das afiliadas nas páginas do *Boletim do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, *Alma Feminina* e *A Mulher*. Essa ausência poderá também significar o respeito da liberdade e autonomia a que o Conselho se obriga enquanto federação.

O estudo das agremiações evidencia variações substanciais na forma de entender os principais problemas e soluções para a emancipação das mulheres. Algumas organizações apostam na proteção material e moral das crianças e das mulheres, valorizando a centralidade dos papéis femininos na família, e incentivando ao trabalho, só quando necessário, desenvolvido tanto quanto possível no espaço doméstico. Outras associações federadas, seguindo tendências internacionais, como a AMUP, focam a sua obra na promoção da valorização de uma carreira profissional através da educação, defendendo que o afastamento das mulheres do ensino superior em Portugal tinha sido uma prova da «escravatura» exercida pelos homens sobre as mulheres. Nalgumas associadas, estão patentes relações de proximidade/ /distância entre o movimento feminista preconizado pelo CNMP e o movimento operário das mulheres ou outros movimentos de classe, nomeadamente do professorado, com vozes femininas a fazerem-se escutar nas primeiras décadas do século xx. A defesa do desporto feminino, legitimando o espírito competitivo e a exibição do corpo em festivais, constituiu a proposta polémica de outra federada no Conselho e que se funda ao arripio de uma campanha de desmobilização, apoiada por fações políticas e religiosas, no Estado Novo.

Mesmo num contexto político, social e cultural adverso, o CNMP conseguiu manter uma grande pluralidade de associações, até a conjuntura internacional, com o fim dos fascismos, após a segunda guerra mundial, e o dinamismo da sua última presidente, Maria Lamas, reconhecida opositora ao salazarismo, terem influenciado fortemente o seu encerramento, em 1947, pelo regime.

Fontes

Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional de Portugal (ACPC-BNP): Coleção Castro Osório; Espólio N12.

Arquivo de História Social (AHS) do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa), Fundo Pinto Quartin (PQ)- Espólio Pinto Quartin (PT-AHS-ICS-PQ) e Fundo Deolinda Lopes Vieira (DLV)- Espólio Deolinda Lopes Vieira (PT-AHS-ICS-DLV).

Arquivo do *Movimento Democrático de Mulheres* (MDM), Espólio Maria Lamas.

Secretaria-Geral do Ministério de Administração Interna (SGMAI). Divisão de Documentação e Arquivo (DDA).

Almeida, Hortense de. «Raparigas, o Ginásio Feminino de Portugal espera-vos».

Modas e Bordados, 23 de janeiro 1945, 1772, 4, 16.

Alves, Maria Clara Correia. «'Alma feminina'», *Alma Feminina*, janeiro 1917, n.º 1, 1-3.

«Assistência infantil – Recreatórios Post-Escolares», *A Capital*, 9 de maio 1913, 996, 1.

«Associações de classe. Costureiras e ajuntadeiras», *A Voz do Operário*, 14 junho 1914, n.º 1807, 3.

«Associações de classe. Festas de hoje. Operários Alfayates», *A Voz do Operário*, 21 de junho 1914, n.º 1808, 3.

«Associação de Mulheres Universitárias de Portugal», *Alma Feminina*, setembro/outubro 1928, n.º 5, 7.

«Associação de Mulheres Universitárias de Portugal», *Alma Feminina*, novembro/dezembro 1928, n.º 6, 12.

Beirão, Sara. «Agremiações femininas», *Alma Feminina*, maio/junho 1933, n.º 5-6, 65.

Calado, Jorge. «O Duce e o desporto feminino», *Novidades*, 2 de agosto 1937, n.º 13227, 6.

Carta da *Tuna das Costureiras de Lisboa* para o Governador Civil de Lisboa, de 8-2-1917. Secretaria-Geral do Ministério de Administração Interna (SGMAI). Divisão de Documentação e Arquivo (DDA). Grupo Tuna das Costureiras de Lisboa. Pasta n.º 51, Processo 1371, caixa 731, folha 1. PT/SGMAI/GCLSB/H-B/001/13226.

Carta de Emília de Sousa Costa para Ana de Castro Osório, de 17-12-1927. Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional (ACPC-BN), Espólio Ana de Castro Osório, N/12, caixa 6351.

Mulheres e associativismo em Portugal (1914-1974)

- «Conferências feministas (continuação)», *Alma Feminina*, novembro/dezembro 1921 [1920], 11-12, 60-61.
- «O Congresso feminista e de educação», *O Professor Primário*, 18 de maio 1924, n.º 239, 3.
- «Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas», *Alma Feminina*, novembro 1917, 11, 132.
- Costa, Emília de Sousa. *A Mulher. Educação Infantil*. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto, Editor, 1923.
- Costa, Emília de Sousa. *Olha a Malícia e a Maldade das Mulheres! Conferência Pronunciada no Salão de Festas do Século, em Junho de 1930*. Lisboa: Empresa do Anuário Comercial, 1932.
- «A crise das professoras – O que ellas pedem. O que lhes pagam», *A Capital*, 12 de agosto 1915, 1803, 1.
- «Desportismo e feminismo – Exibições moralmente inconvenientes e biologicamente destruidoras», *Novidades*, 20 de outubro 1937, n.º 13305, 1.
- «Educação física errada, igual a não educação», *Novidades*, 11 de agosto de 1937, n.º 13236, 1.
- Envelope de carta do Governo Civil do Distrito de Lisboa para a *Caixa de Auxílio a Estudantes Pobres do Sexo Feminino*. Secretaria-Geral do Ministério de Administração Interna (SGMAI). Divisão de Documentação e Arquivo (DDA). Pasta 46, Processo 1270, caixa 726, Folha 3.3. PT/SGMAI/GCLSB/H-B/001/13167.
- «Estatutos do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas», *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas – Folha Suplementar*, novembro de 1914, n.º 1, 1-2.
- «Festas associativas», *A Capital*, 4 de julho 1914, 1408, 2.
- Guimarães, Elina. «Associação das Mulheres Universitárias de Portugal», *Revista Escolar*, dezembro de 1929, n.º 10, 583-586.
- Guimarães, Elina. «Dra. Carmen Marques», *Alma Feminina*, maio-junho de 1930, n.º 5/6, 17-19.
- Guimarães, Elina. «O espírito associativo», *Alma Feminina*, setembro/outubro de 1928, n.º 5, 4-6.
- «Hominismo e Donjuanismo», *Novidades*, 21 de outubro 1937, n.º 13306, 1.
- Livro de Actas de Reuniões de Sócias do CNMP, 13-03-1947. Arquivo do MDM, Espólio Maria Lamas.
- Lutz, Bertha. «Acção feminista – O direito de estudar», *Portugal Feminino*, abril de 1931, n.º 15, 13.
- Magalhães, Beatriz Teixeira de. «A professora é reacionária?», *O Professor Primário*, 27 de julho 1919, n.º 19, 1.
- Malta, Isabel de. «Questões sociais - A greve das engomadeiras», *Alma Feminina*, março de 1918, n.º 3, 30-31.
- Marques, Carmen. «O Feminismo», *O Povo*, 11 de junho 1929, n.º 290, 1-2.
- «Obra Maternal», *A Voz do Operário*, 1810, 5 de julho 1914, 1.
- «A obra social das mulheres portuguesas», *A Semeadora*, 15 de janeiro de 1917, n.º 19, 1-2.

- «Orientações Perigosas – Aproveitadas como disfarças revolucionárias», *Novidades*, 22 de outubro 1937, vol. 13 n.º 307, 1.
- Osório, Ana de Castro. «A crise das professoras – O que diz a Associação de Propaganda Feminista», *A Capital*, 13 de agosto 1915, n.º 1804, 1.
- «Porque e para que se fundou o ‘Conselho Nacional das Mulheres Portugezas’», *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, novembro 1914, n.º 1, 1-2.
- «Protesto da ‘Legião Portuguesa’ contra um movimento feminista», *A Voz*, 11 de novembro 1937, n.º 3851, 1.
- «Recreatórios Post-Escolares», *A Capital*, 10 de maio de 1917, n.º 2419, 3.
- «Recreatorios Post-Escolares», *Alma Feminina*, junho de 1917, n.º 6, 70-71.
- «Um inquérito – Uma opinião sensata sobre o feminismo», *Diário de Lisboa*, 13 de novembro 1929, n.º 2637, 6-12.
- «Uma internacional feminina», *Actualidades*, 27 de janeiro 1929, n.º 2, 4.
- «Uma obra de urgente justiça». *A Semeadora*, 15 de maio 1917, n.º 23, 4.
- Vieira, Deolinda Lopes. «Pela coeducação», *O Professor Primário*, 14 de agosto 1927, n.º 400, 2.

Bibliografia

- Alves, Paulo Marques, e Olinda Gama. «A militância no feminino nos primórdios do sindicalismo em Portugal». *Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, n.º 2 (2013): 183-195.
- Araújo, Helena Costa. *As Pioneiras na Educação: As Professoras Primárias na Viragem do Século: Contextos, Percursos e Experiências, 1870-1933*. Porto: Instituto de Inovação Educacional, 2000.
- Baptista, Virgínia. *Proteção e Direitos das Mulheres Trabalhadoras em Portugal 1880-1943*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016.
- Castro, Zília Osório, e João Esteves, dir. *Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- Correia, Rosa de Lurdes Matias Pires. «O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas: a principal associação de mulheres da primeira metade do século xx (1914-1947)». Dissertação de mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Lisboa, Universidade Nova, 2013.
- Costa, Célia. «O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947): uma organização feminista». Dissertação de mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Lisboa, Universidade Aberta, 2007. Publicada em livro: *História do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)* (Lisboa: Tinta-da-china, 2021).
- Cova, Anne. «Ana de Castro Osório». In *Feminist Writings from Ancient Times to the Modern World: A Global Sourcebook and History*, dir. Tiffany K. Wayne, 372-374. Santa Bárbara: Greenwood, 2011, 2 vols., vol. 2.
- Cova, Anne. «O associativismo das mulheres. Uma abordagem comparativa, França e Portugal (1900-1918)». In *Desenvolvimento Económico e Mudança Social: Portugal nos Últimos Dois Séculos: Homenagem a Miriam Halpern Pereira*, dir. José Vicente

Mulheres e associativismo em Portugal (1914-1974)

- Serrão, Magda de Avelar Pinheiro, Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, 333-348. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.
- Cova, Anne. «Cabete, Adelaide (1867-1935)». In *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. I, 464-465. Lisboa: Assembleia da República, 2013.
- Cova, Anne. «O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas numa abordagem transnacional (1914-1947)», *Jornal Mundus*, Edição Especial «O desabrochar da igualdade: Lutas e conquistas das mulheres portuguesas», (2018): 21-24.
- Cova, Anne. «O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas numa perspetiva transnacional (Europa do Sul e América Latina nas primeiras quatro décadas do século xx)». In *Falar de Mulheres: Dez Anos Depois*, dir. Isabel Henriques de Jesus, Paula Gomes Ribeiro, Rita Mira, e Zília Osório de Castro, 53-65. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2016.
- Cova, Anne. «O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947): o caso português numa perspectiva comparada». In *Quem Tem Medo dos Feminismos*, AAVV, 85-91. Funchal: Nova Delphi, 2010.
- Cova, Anne. «O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e as organizações internacionais de mulheres». In *Olhares sobre as Mulheres: Homenagem a Zília Osório de Castro*, dir. Irene Tomé, Maria Emília Stone, e Maria Teresa Santos, 27-40. Lisboa: Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa, 2011.
- Cova, Anne. «Guimarães, Elina». In *Dicionário as Mulheres e a Unidade Europeia*, dir. Isabel Baltazar, Alice Cunha, e Isabel Lousada, 125-129. Lisboa: Assembleia da República, 2021.
- Cova, Anne. «Legal position of women in Portugal: the case of the standing Committee on Legislation of the National Council of Portuguese Women (CNMP), 1914-1947». In *New Perspectives on European Women's Legal History*, dir. Sara L. Kimble, e Marion Rowekamp, 376-393. Londres: Routledge, 2017.
- Cova, Anne. «Mulheres e associativismo em França, Itália e Portugal (1888-1939)». In *Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS*, org. Manuel Villaverde Cabral, Karin Wall, Sofia Aboim, e Filipe Carreira da Silva, 583-602. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.
- Cova, Anne. «Mulheres e associativismo: o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e o Conselho Nacional de Mulheres do Brasil (1914-1945)». In *Desafios da Comparação: Família, Mulheres e Género em Portugal e no Brasil*, dir. Anne Cova, Natália Ramos, e Teresa Joaquim, 89-96. Oeiras, Celta, 2004.
- Cova, Anne. «The national councils of women in France, Italy and Portugal. Comparisons and entanglements 1888-1939». In *Gender History in a Transnational Perspective: Biographies, Networks, Gender Orders*, dir. Oliver Janz, e Daniel Schönplflug, 46-76. Oxford: Berghahn Books, 2014.
- Cova, Anne, e António Costa Pinto, «O Salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa», *Penélope: Fazer e Desfazer a História*, n.º 17 (1997): 71-94.
- Cova, Anne, e António Costa Pinto. «Women and Salazarism». In *Political and Historical Encyclopedia of Women*, dir. Christine Fauré, 397-405. Nova Iorque: Routledge, 2003.

- Espírito-Santo, Sílvia. «Domingas Lazary Amaral – ‘Uma querelada pela liberdade de imprensa’», *Ex aequo*, n.º 39 (2019): 39-53.
- Eduardo, Joaquim Mário Cortes. «Adelaide Cabete (1867-1935): biografia de uma professora feminista». Dissertação de mestrado em Estudos sobre as Mulheres, Lisboa, Universidade Aberta, 2004.
- Esteves, João. «Os 33 anos do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. Do republicanismo e feminismo ao antifascismo». In *Falar de Mulheres: Dez anos Depois*, dir. Isabel Henriques de Jesus, Paula Gomes Ribeiro, Rita Mira, e Zília Osório de Castro, 67-83. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2016.
- Esteves, João. *Ana de Castro Osório (1872-1935)*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2014.
- Esteves, João. «Adelaide de Jesus Damas Brazão e Cabete». In *Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)*, dir. Zília Osório de Castro, e João Esteves, 20-26. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- Esteves, João. «Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas». In *Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)*, dir. Zília Osório de Castro e João Esteves, 243-244. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- Esteves, João. «Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)», *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher*, n.º 15 (2006): 113-135
- Esteves, João Gomes. *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas: Uma Organização Política e Feminista (1909-1919)*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1991.
- Esteves, João. *As Origens do Sufragismo Português: A Primeira Organização Sufragista Portuguesa: A Associação de Propaganda Feminista (1911-1918)*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 1998.
- Ferreira, Carla Marina Machado. «Costureiras de Lisboa: Artesãs da moda (1890-1914)». Dissertação de mestrado, Lisboa: Iscte-IUL, 2014.
- Fiadeiro, Maria Antónia. *Maria Lamas: Biografia*. Lisboa: Quetzal, 2003.
- Gimeno, Luz Sanfeliu, «Educación superior femenina y nuevas conformaciones identitarias: la Juventud Universitaria Femenina (1923-1930)», *Historia contemporánea*, n.º 55 (2017): 547-573.
- Gorjão, Vanda. *Mulheres em Tempos Sombrios: Oposição Feminina ao Estado Novo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- Gorjão, Vanda. *A Reivindicação do Voto no Programa do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1994.
- Lousada, Isabel. *Adelaide Cabete (1867-1935)*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2010.
- Mariano, Fátima. «Às urnas: a reivindicação do voto feminino na Península Ibérica (1821-1934)». Tese de doutoramento em História, especialidade História contemporânea, Lisboa, Universidade Nova, 2018, publicada em 2022 pela Imprensa de Ciências Sociais.
- Marques, Helena Isabel de Oliveira, e Maria da Natividade Mendes Couto Pereira. «A mulher e o desporto em Portugal na década de 1930». *Ex aequo*, n.º 4 (2001): 143-151.

Mulheres e associativismo em Portugal (1914-1974)

- Marques, Rui Filipe Duarte. «Tunas em Portugal: espaços de construção, negociação e transformação social através da música. Um estudo sobre a Tuna Souselense». Tese de doutoramento em Música, Aveiro: Universidade de Aveiro, 2019.
- Mocho, Dulce Maria Baptista. «Ana de Castro Osório e as origens do feminismo em Portugal». Dissertação de mestrado em História Social Contemporânea, Lisboa, Iscte, 2003.
- Monteiro, Natividade. *Maria Veleda (1871-1955): Uma Professora Feminista, Republicana e Livre-Pensadora: Caminhos Trilhados pelo Direito de Cidadania*. Olhão: Gente Singular, 2012.
- Monteiro, Natividade. «Nos cem anos da criação do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas». In *Falar de Mulheres: Dez anos depois*, dir. Isabel Henriques de Jesus, Paula Gomes Ribeiro, Rita Mira, e Zília Osório de Castro, 49-52. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2016.
- Nóvoa, António, dir. *A Imprensa de Educação e Ensino: Repertório Analítico (Séculos XIX-XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993.
- Pereira, Joana Dias. *Associativismo Livre: Uma História de Fraternidade e Progresso (1824-1926)*. Coimbra: Almedina, 2020.
- Pimentel, Irene Flunser. *História das Organizações Femininas no Estado Novo, O Estado Novo e as Mulheres: A Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN), a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF)*. Lisboa: Temas e Debates, 2001.
- Rupp, Leila J. *Worlds of Women: The Making of an International Women's Movement*. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- Samara, Maria Alice. *Operárias e Burguesas: As Mulheres no Tempo da República*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007.
- Seixas, Maria Augusta. *As Operárias de Alcântara e as suas Lutas Antes e Durante a I República*. Lisboa: Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães, 2012.
- Silva, Maria Regina Tavares da. «Emília da Piedade Cardoso Teixeira Lopes de Sousa Costa». In *Dicionário no Feminino*, dir. Zília Osório de Castro, e João Esteves, 305-307. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- Vilela, Ana Maria de Oliveira. «O Instituto de Odivelas sob a égide do Estado Novo: continuidades ou mudanças na educação, 1926-1969». Dissertação de mestrado em História Social Contemporânea, Lisboa, Iscte, 1999.